



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADE
CURSO DE GEOGRAFIA**

ANDRESSA ALVES DE OLIVEIRA

**PARQUE MACAMBIRA ANICUNS: UMA REVISÃO DE LITERATURA
SOBRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESAFIOS PARA GESTÃO
PÚBLICA**

GOIÂNIA, GO

2023

Andressa Alves de Oliveira

**PARQUE MACAMBIRA ANICUNS: UMA REVISÃO DE LITERATURA
SOBRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESAFIOS PARA GESTÃO
PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à banca examinadora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador(a): Dra. Beatriz Aparecida Zanatta.

GOIÂNIA, GO

2023

Andressa Alves de Oliveira

**PARQUE MACAMBIRA ANICUNS: UMA REVISÃO DE LITERATURA
SOBRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESAFIOS PARA GESTÃO
PÚBLICA**

Monografia do curso Licenciatura em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Aprovado em: ___ / ___ / ___

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Beatriz Aparecida Zanatta

Prof. Me. Roberto Malheiros

Prof. Me. Ariston Alves Afonso

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo incentivo para que eu continuasse meus estudos.

À minha orientadora Professora Dra. Beatriz Aparecida Zanatta, por todo apoio, paciência e orientação durante todas as etapas deste trabalho, sem você não teria conseguido.

Aos professores que tive o privilégio de aprender, agradeço por compartilharem lições tão significativas que carregarei comigo por toda a vida.

Aos colegas de turma e de trabalho, sem os quais esta jornada não teria sido a mesma.

Ao meu Amor, agradeço profundamente por ser meu pilar nos momentos difíceis, inspirando-me a perseverar quando a tentação de desistir era mais forte.

Expresso minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Cada gesto de apoio e colaboração foi fundamental para o sucesso desse projeto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano de Atílio Corrêa Lima, de 1933	26
Figura 2 - Planta do Setor Sul em Goiânia inspirada nas Cidades Jardins.....	27
Figura 3 - Planta Geral de Armando de Godoy (1938).	28
Figura 4 - Mapa dos bairros de Goiânia - GO por década de criação.	29
Figura 5 - Localização dos Principais Parques Urbanos de Goiânia.....	33
Figura 6 - Ribeirão Anicuns	35
Figura 7 - Abrangência do PUAMA.....	37
Figura 8 - Setores do Parque Linear Macambira Anicuns.....	40
Figura 9 - Área finalizada PUAMA	40
Figura 10 - Delimitação de APP's de acordo com a Lei Estadual nº 18.104	43
Figura 11 - Mapa de Abrangência do Município de Goiânia	44
Figura 12 - Ocupação da APP do Ribeirão Anicuns em 2004 (a) e em 2014 (b).....	46
Figura 13 - Time-lapse da Cobertura vegetal dos do Parque de 1985 a 2023.....	47
Figura 14 - Entulho proveniente das demolições / remoção das famílias	50
Figura 15 - Lixo descartado no Parque Macambira Anicuns, em Goiânia.....	51
Figura 16 - Esgoto chegando ao ribeirão Anicuns	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do PUAMA	38
Quadro 2 - Quantitativo de casos por setor	48
Quadro 3 - Coleta de Dados com base nas Palavra Chave.....	61
Quadro 4 - Teses e Dissertações identificadas com base nas Palavras-Chave.....	61
Quadro 5 - Seleção após a aplicação de critérios de exclusão	64
Quadro 6 - Fluxograma da coleta de Dados.....	65
Quadro 7 - Parques e Bosques de Goiânia	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente
- APA - Área de Preservação Ambiental
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- COMURG - Companhia de Urbanização de Goiânia
- PDAU - Plano Diretor de Arborização Urbana
- PDIG/92 – Plano Diretor de Goiânia
- PDU - Planejamento Diferenciado de Urbanização
- PUAMA – Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns
- RMG - Região Metropolitana de Goiânia
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	7
SUMÁRIO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	12
PARQUES URBANOS: APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA.....	12
1 - Espaço Urbano.....	12
2 - Espaços Públicos.....	16
3 - Parques Urbanos.....	20
CAPÍTULO II.....	23
PARQUES URBANOS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE GOIÂNIA.....	23
1 - O Surgimento da Nova Capital.....	23
2 - Expansão Urbana de Goiânia.....	29
3 - Parques Urbanos de Goiânia.....	31
CAPÍTULO III.....	34
O PARQUE MACAMBIRA ANICUNS.....	34
1 - Histórico do Programa Macambira Anicuns - PUAMA.....	34
2 - As pesquisas sobre o Parque Macambira-Anicuns.....	41
2.1 Preservação Ambiental do Parque Linear Macambira-Anicuns.....	42
2.2 Parque Macambira-Anicuns: Desafios para a ação política e gestão da administração pública.....	48
2.2.1 - A gestão do Parque Macambira Anicuns.....	50
CONSIDERAÇÕES.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE 1.....	61
APÊNDICE 2.....	65

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a questão ambiental tem se destacado como uma das temáticas mais discutidas em todo o mundo. A discussão está relacionada ao apelo “ambiental” intensificado, no decorrer da segunda metade do século XX, em função da deterioração do meio físico, poluição excessiva dos rios, do ar, redução dramática da cobertura vegetal etc., e a ideia de conservação ambiental como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a criação e implantação de parques em muitas cidades se relaciona ao conjunto de diretrizes imposto pelas Nações Unidas como forma de promover o desenvolvimento sustentável. Assim, com a ampliação do discurso ambiental em consequência da realização das grandes conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente, foram criados a partir da década de 1970 mais de trinta parques em Curitiba-PR (RECHIA, 2003), vinte e quatro em São Paulo-SP (BURGOS, 2003), sete em Salvador-BA (SERPA, 2007) e quinze em Ribeirão Preto-SP (GOMES, 2009).

Segundo Sakata (2018), entre 2000 e 2015, os parques urbanos se multiplicaram pelas cidades brasileiras. Em Goiânia, por exemplo, havia três parques implantados até 1996. Em 2016, 39 parques e bosques equipados, de um total de 190 áreas reservadas para essa finalidade que ainda não tinham sido convertidas em parques públicos.

Meu interesse pelo tema está vinculado a trajetória de minha formação no curso de Licenciatura em Geografia, em particular, aos conhecimentos adquiridos na disciplina Geografia das Cidades e Geografia Aplicada à Educação Ambiental sobre as práticas educativas de conscientização e preservação ambiental em um contexto urbano.

Os estudos realizados nesta disciplina forneceram subsídios para entendimento de que Goiânia, conhecida pelos parques, arborização e ajardinamento, foi, ao longo das décadas, comprometendo essas características idealizadas no projeto original e dando cada vez mais espaço ao modelo urbanizador das grandes capitais. Assim como, chamaram minha atenção para o problema das moradias em área de risco, dos processos erosivos que direta ou indiretamente trazem prejuízo ao município e seus cidadãos, em particular para o fato de que 85 cursos de água da cidade estão poluídos ou contaminados, sendo o Ribeirão Anicuns o mais poluído de todos. (AMMA GOIÂNIA, 2012).

Considerando esse contexto no qual se inserem os parques urbanos de Goiânia e tendo em vista conhecer estudos sobre este tema definiu-se como objeto de estudo desta monografia o Parque Macambira Anicuns.

Este parque, faz parte do Programa Macambira Anicuns (PUAMA) que surgiu diante da necessidade de adoção de políticas públicas direcionadas à proteção e recuperação dos fundos de vale, com o planejamento da reestruturação habitacional e da malha viária urbana que colocou em risco a integridade ambiental dos ecossistemas hídricos dos vales do Macambira e do Anicuns. Foi idealizado pela Prefeitura Municipal de Goiânia com objetivo de recuperar e preservar as áreas de nascentes e matas ciliares do Córrego Macambira, afluente do Ribeirão Anicuns, planejar a reestruturação habitacional e a malha viária urbana, por meio de ações integradas nas áreas de meio ambiente, urbanização, habitação e sistema viário, abrangendo uma área superior a cinco milhões de metros quadrados nas regiões norte, noroeste e oeste de Goiânia. PREFEITURA MUNICIPAL GOIÂNIA, 2012. Este programa que criado no início do ano 2000 quando teve início a negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para viabilizar a implementação do programa em 2003, com a assinatura do contrato em 2009.

A fim de ampliar meus conhecimentos sobre esse público, a presente pesquisa desenvolveu em torno da questão norteadora central: O que tem sido discutido nas pesquisas que tem como objeto de investigação o Parque Macambira- Anicuns sobre a preservação ambiental e os desafios para gestão pública?

O objetivo geral da pesquisa foi apreender as contribuições das pesquisas que tem como objeto de investigação o Parque Macambira Anicuns. Os objetivos específicos foram: Discutir os conceitos de Espaço Urbano, Espaços Públicos e Parques Urbanos; Contextualizar a produção do espaço urbano de Goiânia apontando seus principais parques; apresentar os resultados apreendidos por meio da revisão da literatura sobre a preservação ambiental e os desafios para administração pública do parque Macambira Anicuns.

Trata-se de estudo com coleta de dados efetivada através de uma revisão de literatura, com a intenção de agregar conhecimentos sobre conceitos que fundamentam a pesquisa, o processo de produção do espaço urbano de Goiânia, especificamente e sobre o Parque Macambira Anicuns no que diz respeito a preservação ambiental e os desafios para gestão pública

Este texto descreve integralmente a pesquisa, por meio de três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

Para a elaboração do primeiro capítulo, recorreu-se a partir revisão teórico-conceitual a contribuição de geógrafos como Santos (1985) Corrêa (1989), Carlos (1992) que investigam o espaço urbano, e de Albernaz (2007), Castro (2002); Correia et al. (2007), Araújo (2021) e Souza (2019) no que se refere a espaços públicos e parques urbanos.

No segundo capítulo foram considerados como suporte para reconstrução histórica produção do espaço urbano de Goiânia os trabalhos realizados por Ferreira (2003); Streglio (2012) e Araújo (2021). A primeira parte do capítulo apresenta considerações sobre o surgimento da Nova Capital. A segunda discute a expansão urbana e a terceira expõe, de forma breve os parques urbanos de Goiânia

O terceiro Capítulo, elaborado a partir da revisão da literatura, apresenta análise e discussão da produção selecionada para compor corpus dessa pesquisa. A busca e identificação das teses e dissertações foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2003 a 2023, utilizando as seguintes palavras palavras-chave: Parques Urbanos, Parque Macambira, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Lazer, Educação Ambiental. Nesta busca foram identificadas, por meio da análise dos temas em relação das palavras-chave, trinta e nove pesquisas sobre parques urbanos. Com a aplicação dos critérios de exclusão foram retiradas: pesquisas que não tratavam abordavam o objeto de estudo desta pesquisa, estar disponível o acesso ao texto completo; foram selecionadas apenas duas dissertações sobre o Parque Macambira. (Apêndice 1)

Para manter o direcionamento ao objetivo realizou-se também uma busca no Google acadêmico, considerando o período de 2003 a 2023, utilizando apenas a palavra-chave Parque Macambira. Nesta busca identificou-se apenas um artigo sobre a temática em estudo. (Apêndice 1)

Assim o corpus desta pesquisa foi composto por duas dissertações e um artigo. (Apêndice 1)

Este caminho nos permitiu organizar o capítulo em duas partes. A primeira apresenta, de forma breve, o Histórico do Programa Macambira Anicuns – PUAMA. A segunda expõe a partir da análise do corpus da pesquisa os resultados apreendidos em relação a preservação ambiental e desafios do poder público ao Parque Macambira Anicuns.

Finaliza-se esta monografia com considerações sobre os achados mais relevantes da pesquisa e reflexões sobre os alcances e limitações da pesquisa realizada.

CAPÍTULO I

PARQUES URBANOS: APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA

Ao abordar uma determinada temática, é pouco provável que consigamos compreendê-la sem situar seu sistema conceitual em uma base teórico-metodológica que fornece os instrumentos mediadores a compreensão e sistematização do real que conferem identidade e autonomia relativa à determinada área do conhecimento. Nesse sentido, esse capítulo expõe uma síntese dos conceitos Espaço Urbano, formulado por teóricos da Geografia Crítica, Espaço público e Parques urbanos para uma melhor compreensão da dinâmica que envolve a produção e apropriação dos parques urbanos de Goiânia (GO).

1 - Espaço Urbano

O conceito de "espaço urbano" desempenha um papel fundamental na geografia urbana, sendo objeto de estudo de várias correntes do pensamento geográfico: Geografia Tradicional, Geografia teórico-quantitativa, geografia crítica e geografia humanista e cultural.

Compartilha-se nesta pesquisa da concepção de espaço urbano formulada no âmbito da Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, cuja formulação remete as reflexões do filósofo e geógrafo francês Henri Lefebvre e do sociólogo e urbanista espanhol Manuel Castells, que a partir dos anos 1970 subsidiaram debates dos geógrafos brasileiros acerca do espaço como conceito chave da geografia, e, por consequência sua compreensão a partir da sociedade urbana.

No âmbito desses debates Lefebvre (1901-1991) em muito contribuiu para a compreensão do espaço urbano na dimensão social e cultural da cidade. Em seu livro *A Produção do Espaço* (1974), ao conceber o espaço urbano como um produto das relações sociais e das práticas do cotidiano na vida das "cidades, Lefebvre (1986), citado por Carlos (2019), argumenta que o urbano em constituição se revela além da extensão e expansão do tecido urbano e do crescimento da população superando análise ligeiras sobre o fenômeno urbano.

Nessa perspectiva, a proposta Lefebvre (1986, apud Carlos, 2019) ganha atualidade explicativa no século XXI pelo fato de o autor tratar o espaço-urbano como mercadoria e

desvelar o processo contraditório em que a produção do espaço se transforma em valor de troca como momento importante do processo de valorização do capital. Processo no qual a especulação imobiliária “[...] desempenha o papel de um segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o mercado de bens não duráveis ou menos duráveis que os imóveis. Esse segundo setor absorve os choques e em caso de depressão para ele afluem os capitais. Por consequência, quando uma parte da mais valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte de mais valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. (LEFEBVRE, apud CARLOS, 2019) O que, segundo Carlos (2019, p. 353), “[...] significa dizer que as crises de acumulação do capital se resolvem através da reprodução o espaço

Dessa forma, o espaço e o cotidiano aparecem no movimento do pensamento de Lefebvre, como conteúdo da problemática urbana na qual a vida cotidiana revela que a ordem capitalista ao se desenvolver reproduz continuamente os elementos indispensáveis à sua manutenção no seio do espaço fragmentado pela propriedade privada do solo urbano que, na cidade, produz favelas, condomínios fechados, guetos de todos os tipos, acentuando a segregação das pessoas pela desagregação da vida de relações fundadas na sociabilidade, degradação do trabalho enquanto atividade humana, bem como dos lugares de trabalho e cooptação do tempo do lazer ao mundo da mercadoria. (CARLOS, 2019)

Dai a ênfase atribuída pelo autor no cotidiano da vida das cidades como ponto de partida que permite apreender o sentido e o significado social dos processos urbanos que tem no plano do vivido o ponto de partida da análise, visto ser o cotidiano que permite apreender no movimento dialético o espaço urbano na totalidade das relações sociais em que o valor de troca suplanta o valor de uso estrangulando-o, trazendo como consequência a degradação das relações sociais na cidade através do aprofundamento da segregação espacial. Movimento histórico que fundamenta e justifica as lutas pelo espaço.

Nesse sentido, para Lefebvre o espaço urbano nasce da explosão da cidade com os problemas da deterioração da vida urbana. É uma arena em que sua forma espaço-temporal, mostra, desde as origens e os nascimentos das sociedades urbana, como a simultaneidade das relações de poder, classe e ideologia, se constituem como um momento da reprodução saído da história da industrialização na construção do caminho que aponta a sociedade urbana num espaço mundial (LEFEBVRE, 1986, apud CARLOS, 2019) ou seja, como um momento da reprodução saído da história da industrialização no percurso de construção de um espaço

imposto pela lógica do capitalismo atual que segrega do direito à cidade e esvazia a prática socioespacial da cidadania.

Destaca-se assim, a importância do conceito de “reprodução das relações sociais” desenvolvido por Lefebvre como um caminho para entendimento do urbano como produzido através de aspirações e necessidades de uma sociedade de classes.

Essa ideia vem de encontro ao debate geográfico crítico segundo o qual, no capitalismo o espaço urbano se transforma em mercadoria em cujo processo o valor de troca suplanta o valor de uso trazendo como consequência a degradação das relações sociais na cidade através do aprofundamento da segregação espacial.

Aderindo a esse enfoque o geógrafo britânico David Harvey (2023) considera o espaço urbano como um campo de lutas e conflitos moldado por processos de gentrificação, segregação, especulação imobiliária e reestruturação capitalista, que muitas vezes resultam em desigualdades socioespaciais, influenciado pelo capitalismo e pelo poder. Em suas obras "A Condição Pós-Moderna" e "O Enigma do Capital" Harvey descreve o espaço urbano como "uma paisagem construída de relações sociais, uma paisagem que é tanto física quanto social".

Castells (1999), também contribuiu significativamente para a compreensão do espaço urbano, especialmente em seu trabalho "A Sociedade em Rede". Para o autor, o espaço urbano é uma manifestação dinâmica da interconexão de redes sociais, tecnológicas e de comunicação que caracterizam a sociedade contemporânea argumenta que as cidades são espaços de fluxos de informações, capital, cultura e poder, onde a tecnologia e a comunicação desempenham um papel fundamental na criação e organização do espaço urbano. Ou seja, como nodos em uma rede global, onde as redes locais e globais se entrelaçam, criando dinâmicas sociais e culturais. E o espaço urbano como moldado pela interação entre as redes de comunicação, a economia global e as comunidades locais.

Nessa perspectiva, o geógrafo brasileiro Milton Santos concebe o espaço urbano como uma complexa manifestação do processo de urbanização, onde se entrelaçam elementos materiais e sociais. Um espaço caracterizado pela intensa concentração de pessoas, edificações, atividades econômicas e culturais, bem como pela diversidade e heterogeneidade. O autor adverte que espaço urbano não é apenas físico, mas também produto das relações sociais, das dinâmicas econômicas, políticas e culturais que nele ocorrem. Em seu livro 'Por uma Geografia Nova', Santos (2023) esclarece que o espaço urbano é moldado por forças globais e locais, e que sua compreensão exige uma análise crítica das relações de poder,

desigualdades e conflitos que o permeiam. Além da dimensão social, política e econômica do espaço urbano, Santos destaca a importância de considerar as experiências cotidianas das pessoas que o habitam.

Dessa forma, o espaço urbano é entendido como local onde as tensões se estabelecem, tanto na totalidade de sua produção quanto numa parcela desse espaço. Dessas tensões, o espaço urbano derivado da acumulação de trabalho humano e da racionalidade capitalista, com suas múltiplas facetas, se reproduz criando sempre diferentes espaços compostos por diferentes atores sociais.

Nessa linha, Correia (1995) destaca que o espaço urbano é um conceito central na geografia urbana que se refere à área geográfica caracterizada pela presença de elementos relacionados à vida urbana e à organização humana em centros urbanos. Organização que, para o autor, é amplamente influenciada por aspectos sociais, econômicos, culturais e físicos.

Em sua obra "O Espaço Urbano"(1995), Correia esclarece que o espaço urbano é composto por uma série de elementos, tais como edifícios, infraestrutura, vias de transporte, áreas verdes, equipamentos públicos, zonas residenciais, áreas comerciais e industriais, entre outros. E, ressalta a importância de concebê-lo como um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Complementando, Carlos (1994, p.30) esclarece que o processo de produção/reprodução do espaço urbano "[...] recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo." O autor destaca que nesse processo a [...] reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, [...] se realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico. (CARLOS, 1994, p.30)

Essas definições refletem a complexidade do espaço urbano e vão além da definição apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual um espaço é considerado urbano desde que contenha mais de 20 mil habitantes e seja composto de prédios, ruas, avenidas, comércios e indústria. Nesse sentido, o ponto de partida de nossa análise se baseia no entendimento do espaço urbano como um produto das relações sócio-históricas, econômicas, culturais, cuja análise requer a apreensão dialética da relação entre o universal e o particular, em que o espaço urbano passa a ser universalização determinada e o universal, a determinação capitalista da constituição da sociedade urbana, traço particular

essencial de muitos espaços urbanos singulares. É no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Nele explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas que adquirem visibilidade nos espaços públicos como lugar de manifestações dos movimentos sociais que reivindicam o “direito à cidade” como possibilidade de transformação do existente.

E nesta perspectiva que a geografia urbana crítica tem colocado em xeque a compreensão da cidade enquanto quadro físico, ambiente construído, assim como como sua interpretação enquanto sujeito de ação que domina a investigação urbana. A cidade não é o sujeito que define a ação urbana, ao contrário, a cidade é uma obra civilizatória, produto social e humano. E esse o entendimento a análise geográfica desvelar os processos constitutivos da natureza do espaço urbano enquanto produção social e histórica. Ou seja, como condição e obra da realização da vida humana. (CARLOS,1994)

2 - Espaços Públicos

Espaços públicos são áreas físicas, geralmente localizadas em ambientes urbanos, acessíveis ao público em geral e destinadas ao uso coletivo. Incluem desde calçadas em áreas residenciais a ruas, praças, parques, dentre outros - conectam as principais dimensões da vida urbana. Não apenas transitamos por eles diariamente no deslocamento casa-trabalho, como também nos tornamos de fato cidadãos ao ocupá-los para nosso lazer, para expressão artística e para mobilização política. São espaços vitais para exercer a cidadania, e, em sentido amplo o local por excelência em que exercemos nosso direito à cidade. Não há vivência possível de cidade sem a utilização destes espaços; não há direito à cidade sem podermos aproveitar de forma segura, justa, democrática e saudável nossos espaços públicos. Portanto, os espaços públicos, como locais onde as diferenças podem ser reconhecidas e respeitadas e onde as vozes diversas podem ser ouvidas, são de fundamental importância na construção de uma sociedade democrática.

Lefebvre em suas obras "O Direito à Cidade" (1968) e "A Revolução Urbana" (1970), considera que espaço público é, sobretudo, social e contém antes de tudo as representações das relações de produção, que envolvem as relações de poder na criação e controle desses espaços. Correspondem, portanto a contextos sócio-histórico-culturais nos quais ocorrem as relações sociais. Ou seja, áreas ou locais que são acessíveis e disponíveis para o uso e

benefício de toda a população. Espaços de natureza coletiva, abertos ou semiabertos, onde as pessoas compartilham experiências e constroem significados culturais. De encontro dos cidadãos para participar de atividades sociais, culturais, políticas e de lazer e reivindicar pelo direito a ter direitos pelo direito à cidade. (LEFEBVRE, apud CARLOS, 2020)

O Geógrafo David Harvey em sua obra *O Direito à Cidade* (2014), argumenta que o direito à cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos mais profundos desejos. Um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. Para o autor a ideia do direito à cidade surge das ruas cuja ocupação simboliza a democratização do espaço público. A democracia está condicionada ao exercício da cidadania, efetivado no espaço público. Nesse sentido, destaca a importância dos espaços públicos como locais de luta política e resistência que contribuem para a emancipação de todos aqueles que tentam ganhar a vida e reproduzir seu cotidiano no contexto do processo urbano.

Harvey (2014), expõe que na sociedade pós-moderna os espaços públicos estão sujeitos a uma mercantilização cada vez maior. Nesse contexto, áreas que historicamente serviam como espaços de encontro e expressão pública estão sendo transformadas em mercadorias, projetadas principalmente para o consumo e o lucro. Mas adverte que a privatização de espaços públicos, como shoppings e áreas urbanas revitalizadas, contribui para a segregação social e a exclusão de grupos marginalizados da cidade. Assim como, que a inserção dos parques dentro do contexto urbano tem dado margem a diferentes interesses que vão além do seu propósito original. O autor esclarece que esses espaços há algum tempo vêm sendo explorados como ferramentas para valorização imobiliária nas áreas circundantes. Ação que, por consequência, desencadeia uma série de problemas de ordem ambiental e social, uma vez que está direcionada para atender às aspirações de um grupo seletivo e privilegiado da sociedade, resultando em benefícios limitados para a maioria.

Segundo Albernaz (2007, p. 43), em sua dimensão política o espaço público [...] é visto como o local de domínio público, portanto, patrimônio da coletividade, em regime de uso comum do povo, pelo seu irrestrito acesso à população. Os bens de uso comum do povo abrangem as vias, os largos, as praças, as praias e os parques reconhecidos oficialmente pelo poder público, objeto dos seus cuidados e da sua responsabilidade, na conservação, na

manutenção e na prestação de serviços urbanos (ALBERNAZ, 2007, p. 43). Complementado Castro (2002, p. 54) argumenta que:

O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social”, esclarece que [...] existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso. A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários fatores, nomeadamente dos usos aí confinados; do sentido que é atribuído por um determinado grupo social; da acessibilidade; da tensão entre o estrangeiro/anónimo e o reconhecimento/reencontro; da dialéctica entre proximidade e distância física e social (CASTRO, 2002, p. 54)

Souza (2019) esclarece que os espaços públicos podem obter nomes distintos como área pública municipal, praça, rua, ágora, largo etc. Segundo a autora, o conceito de espaço público remete à perspectiva histórica de socialização, de encontro e comunicação entre os homens que possibilitam a construção de espaços de interação que transcendem o privado.

Gomes (2006), considera espaço público o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa: “sobre esse espaço se desenrola a cena pública, que é composta de uma multiplicidade de manifestações que variam bastante, segundo a localização espacial e o período de tempo no qual ocorrem” (GOMES, 2006, p.164). Em outras palavras, é no espaço público que acontecem as ações coletivas, é nele que o homem se faz um sujeito social e atua como cidadão, a partir das práticas sociais e dos conflitos urbanos em busca de conquista do direito à cidade:

O espaço público é também um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população (GOMES, 2006, p.164).

Segundo o autor, na cidade contemporânea, um dos grandes desafios é “retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refunda-la como espaço da política” (GOMES, 2009, p.160-161).

Correia et al. (2007, p. 2-3), concebem o espaço público como uma referência “[...] na qual os cidadãos, por um lado se reconhecem como membros de uma comunidade, reencontram e recriam sua história coletiva e, por outro lado, se veem confrontados com as mudanças e as inovações, elementos essenciais de uma cidade. Daí a importância dos espaços públicos, particularmente dos parques urbanos, visto que oferecem um local de encontro e

convívio, promovendo a sociabilidade e o exercício da cidadania. Como exemplos de espaços públicos os autores mencionam: praças, parques, jardins, ruas, calçadas, praias, mercados, praças de alimentação e espaços culturais.

Do que foi exposto pode-se inferir que o espaço público é socialmente construído. É composto não apenas pelas edificações e urbanizações existentes, ou até mesmo pelos marcos iconográficos que vão caracterizar as forças da cidade, mas, fundamentalmente, é constituído pelas relações sociais que se desenvolvem nesses contextos.

Nesse sentido, cabe destacar que a análise dos espaços públicos da Região Metropolitana de Goiânia realizada por Martins Júnior (2013), revela que a capital do estado teve seu planejamento inicial, elaborado pelo urbanista Atílio Corrêa Lima, completamente alterado, de maneira fraudulenta, pelos engenheiros contratados para a construção de Goiânia, os irmãos Coimbra Bueno. Conforme o autor, os engenheiros suprimiram importantes espaços públicos da cidade destinados à proteção ambiental, ao esporte, ao lazer e à socialização, como praças, parques e áreas verdes.

Igualmente, o estudo documental realizado, Oliveira, Becker e Domingos (2019), mostra grandes perdas de espaços públicos destinados a parques e áreas verdes ocorridas na cidade de Goiânia, desde a implantação do projeto urbanístico desenvolvido por Atílio Corrêa Lima. Os autores constaram que até o final da década de 1960 as perdas correspondentes aos espaços públicos eram superiores a 150 e que essas transformações no espaço urbano foram agravadas pelo crescimento desordenado da cidade, que neste período era palco de um intenso fluxo migratório, carência de habitação e especulação imobiliária.

Complementando, a pesquisa de Souza (2019) aponta que no período de 1954-2016 as graves ações empreendidas pelo poder público e pela iniciativa privada levaram à dilapidação de espaços públicos e áreas verdes, previstas no plano original de criação da Cidade de Goiânia.

Conforme a autora, inúmeras Áreas Públicas Municipais da cidade foram destituídas de sua finalidade para sediar grandes empreendimentos imobiliários privados, subvertendo a lógica social que os espaços públicos deveriam contemplar e muitas áreas mantidas tiveram sua extensão drasticamente reduzida.

De acordo com Martins Júnior (2013) a supressão dos espaços públicos no município de Goiânia, como praças e parques ocorreu de diferentes maneiras, algumas ilegais e muitas delas institucionalizadas pelo próprio poder público.

Na trilha da dilapidação dos bens de uso comum (praças, parques e até vias), de uso especial (escola, saúde, recreação, segurança) e dominicais

(patrimoniais) vieram os parcelamentos, alienações, privatizações, doações, comodatos, invasões, apropriações ilegais ou institucionalizadas pelo próprio poder público de áreas pertencentes ao povo de Goiânia. A venda de áreas públicas pelo governo estadual, constante do PL nº 3.478/2012, é mais uma agressão ao patrimônio público da capital dos goianos. (MARTINS JÚNIOR, p. 280, 2013)

O que aponta para a necessidade do desenvolvimento pesquisas sobre espaços públicos existentes não apenas na cidade de Goiânia, mas em todos os municípios da RMG, a fim subsidiar e ampliar os debates sobre a importância de espaços públicos que atendam as demandas da coletividade urbana e possibilitem o efetivo cumprimento da função social desses espaços.

3 - Parques Urbanos

Segundo Lima (1994), os parques urbanos são áreas verdes, com função ecológica, estética e de lazer, mas com uma extensão maior que as praças e os jardins públicos.

Kliass (1993, p. 19) os define como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação”.

Macedo (2010, p.14) considera como parque, qualquer que seja o seu tipo, [...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente.”

No que se refere as funções atribuídas aos parques no decorrer do século XX, Macedo (2010, p. 13) destaca como funções típicas dos parques ecológicos,

[...] as esportivas, as de conservação de recursos naturais, [...] e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico e parque temático. (MACEDO, 2010, p. 13)

Macedo (2010, p. 13) esclarece ainda que não há uma concepção unânime no que diz respeito a qual dimensão e quantidade de equipamentos são necessárias para que determinado espaço seja considerado um parque. De modo que, em função da ausência de consenso entre as entidades ligadas ao assunto, muitos espaços com porte e equipamentos restritos são denominados “parque urbano.” Conforme esse autor:

[...] o papel dos parques no Brasil é abrangente, e sua definição, nem sempre precisa. Muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte, 10 mil m² ou um pouco mais, são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação. Outras definições podem ser encontradas, como as que

consideram parque todo espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados.” (MACEDO, 2010, p.14)

Nesse sentido, o autor afirma que é recorrente nas discussões sobre o tema o entendimento de que os parques urbanos se relacionam a espaços com presença de vegetação e destinados ao lazer.

Compartilhando com o entendimento de Macedo; Sakata (2003, p. 14), registra que não existe consenso a respeito da dimensão, do grau de isolamento em relação ao entorno e da quantidade de equipamentos necessários para configurar um parque. Conforme registram autoras [...] muitos dos atuais parques de pequeno porte não passam realmente de praças de vizinhança, sendo denominados parques em virtude da falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do poder público. (SAKATA, 2003, p. 15).

Para Gomes (2003) os parques urbanos não se caracterizam apenas como “áreas verdes” e não são constituídos sem intencionalidade, visto que em geral são utilizados para “alterar o padrão de uso e ocupação do solo” contribuindo na mudança no preço da terra em suas imediações, Contudo, são importantes para a vida da cidade, pois proporcionam recreação e lazer, principalmente para as classes sociais que em função do pequeno poder aquisitivo não possuem muitas opções de usufruir do direito à cidade. Além disso, atuam significativamente na infiltração da água, na ventilação e possibilitam práticas de educação ambiental, que tornam o uso desse espaço público democrático.

Por sua vez Araújo (2021), ao argumentar que os parques urbanos possibilitam a valorização do espaço, tanto social quanto ambiental, discorda do entendimento de que esses espaços públicos sejam pensados apenas por instituições ou entidades políticas, ligadas ao município ou não. Ele defende que esses espaços sejam concebidos com efetiva participação da população para que possam de fato atender aos anseios da sociedade de maneira inclusiva e democrática.

Das citações acima ressalta-se que conceitos expõem dois aspectos referentes aos parques urbanos: sua dimensão espacial e a diversidade de funções ecológicas e sociais que estes podem desempenhar na cidade. Como não se trata de parâmetros bem delimitados, neste trabalho será considerado como parque a definição apresentada pela SENC por determinar ao município a responsabilidade pela criação, administração e proteção de parques, no caso de Goiânia a Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA.

Levando em conta a dimensão espacial e a diversidade de funções ecológicas e sociais dos parques urbanos, considera-se, nesta pesquisa, que os parques urbanos como espaços públicos privilegiados relacionados estão relacionados à sociabilização, recreação e hábitos saudáveis, a prática de atividades físicas e a reaproximação da sociedade urbana com a natureza devem ser concebidos a partir de uma perspectiva dual, visto que se inserem em realidades heterogêneas cujas determinações diferenciam a utilização espaço impossibilitando o “direito à cidade. Nesse sentido, representam, por um lado, a efetiva possibilidade de oferecer conservação ambiental, sustentabilidade, práticas educativas e qualidade de vida aos habitantes das cidades, por outro lado, podem ser encarados como objetos utilizados pelo capital financeiro com o intuito de transformar a cidade, de acordo com os interesses de classes dominantes, a exemplos de incorporadoras imobiliárias, agentes financeiros e o segmento mais abastado da população.

CAPÍTULO II

PARQUES URBANOS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE GOIÂNIA

Neste capítulo busca-se contextualizar a produção do espaço urbano de Goiânia apontando seus principais parques, iniciando-se pela contextualização histórica do surgimento da Capital. Em seguida apresenta considerações sobre a expansão urbana de Goiânia apontando os impactos ambientais e finaliza apontando considerações sobre seus principais parques urbanos.

1 - O Surgimento da Nova Capital

Goiânia, a atual capital do Estado de Goiás, foi fundada durante um período de intensas transformações políticas no Brasil no qual a Revolução de 30, com a crise da política da valorização do café, gerou um quadro heterogêneo social e político contra as oligarquias dominantes, surge, assim um novo projeto de nacionalidade que, ao mesmo tempo, foi um dos marcos no processo da industrialização e no aparecimento de novos núcleos urbanos. Com a revolução de 1930, movimento armado, liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório, revogou a Constituição de 1891 e passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os governos estaduais.

Nesse contexto, Pedro Ludovico Teixeira, pertencente a Aliança Liberal e participante do movimento revolucionário em Minas Gerais, foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas como interventor do Estado de Goiás, para dar o direcionamento ao modelo de industrialização e progresso, através da "Marcha para o Oeste." Ou seja, mediante uma política de cunho nacionalista e desenvolvimentista que visava penetrar para o interior do País, em direção à Amazônia. E, Goiânia foi, segundo Chaul (1999), um ponto geográfico, político e ideológico desse projeto, seria o símbolo do "grande, novo, progresso", que tiraria Goiás da insignificância política econômica e passaria a ser o ícone da nova estrutura nacional.

Desde a Proclamação da República em 1889, já se discutia a transferência da capital goiana da cidade Goiás, antiga de Vila Boa e atual Goiás Velho, no entanto a Constituição de 1891, manteve a capital na antiga região aurífera. Mas com o fim do período do ouro, a antiga Vila Boa, começou a perder a hegemonia econômica e cidades envolvidas com a criação de gado e agricultura, localizadas mais ao Sul do Estado, passaram a ter mais importância do que a capital. Devido a esses fatores na visão do interventor goiano, a mudança da capital era uma das alternativas que permitiria a ligação do Centro-Oeste ao sul do País, trazendo novamente a importância ao Estado de Goiás.

Representando o movimento progressista, Pedro Ludovico levou à frente a construção da nova capital, os argumentos utilizados para a transferência da capital envolviam desde a questão da topografia, da dificuldade de comunicação e acesso, até as condições de higiene e salubridade da cidade de Goiás. Para Ludovico, era preciso impulsionar a ocupação do Estado, direcionando os excedentes populacionais para espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica.

Assim, Goiânia foi edificada sob o prisma da modernidade como estratégia política para o seu mentor, Pedro Ludovico, em uma época em que o governo era provisório e o governante, um interventor [...], indo ao encontro das eleições constituintes de 1933... [...] com isso Pedro Ludovico não só estaria concretizando seu ideal político de se sustentar no poder, como também passaria a contar, cada vez mais, com os grupos políticos do sul e sudoeste do Estado. (CHAUL, 2002, p.213)

O processo de mudança da capital teve início em 20 de dezembro de 1932, quando Pedro Ludovico assinou o Decreto nº 2737/1932, nomeando uma comissão, para a escolha do local determinando a organização de uma comissão que deveria realizar estudos sobre a melhor região para a qual a nova capital seria transferida.

Em março de 1933, foi apresentado um estudo indicando a cidade de Campinas, hoje um bairro da cidade de Goiânia. Esta cidade encontrava-se mais próxima dos planos da criação de uma grande metrópole, localizada no ponto central geográfico e demográfico do Estado de Goiás, com topografia adequada e promissora e localizada em uma zona com maior desenvolvimento, com um vasto perímetro de terras produtivas e cobertas por uma excelente mata (FERREIRA, 2003).

Aprovado este estudo, o Engenheiro-Urbanista Armando de Godoi foi nomeado para proceder ao estudo definitivo, concluindo-o em 24 de abril de 1933. Em maio de 1933, Pedro Ludovico Teixeira assinou o Decreto nº 3359 determinando a construção da nova capital, nas

áreas das Fazendas Botafogo, Criméia e Vaca Brava, às margens do Córrego Botafogo, em um prazo máximo de dois anos. No mesmo ano, no dia 24 de outubro foi lançada a pedra fundamental da nova cidade.

De acordo com registros históricos disponíveis no site da Prefeitura de Goiânia, o nome “Petrônia” foi sugerido para a nova capital de Goiás, em homenagem ao seu fundador, Pedro Ludovico. O jornal O Social promoveu um concurso cultural para nomear a nova cidade, no qual “Petrônia” e “Goiânia” foram os finalistas. “Petrônia” foi o favorito entre os leitores do jornal, recebendo 68 votos, enquanto “Goiânia” recebeu menos de 10. No entanto, Pedro Ludovico optou por “Goiânia”, por razões que nunca compartilhou publicamente. Em 2 de agosto de 1935, ele oficializou o nome “Goiânia” para a nova capital.

O primeiro projeto de Goiânia foi elaborado pelo arquiteto-urbanista Atílio Correa Lima. O projeto original, inspirado na escola francesa de urbanismo do início do século XX, foi elaborado com a intenção de preservar os fundos de vale¹. Considerando o padrão europeu de cidades-jardins previa de acordo com princípios da sustentabilidade ecológica amplos espaços de áreas verdes, bosques, parkways, praças, jardins, áreas de lazer e vias arborizadas, com o objetivo a preservação das nascentes e dos córregos da cidade, bem como, garantir qualidade de vida dos futuros moradores (Daher 2003)

¹ No contexto do projeto de Goiânia, o termo “fundo de vale” se refere à parte mais baixa de um relevo acidentado, por onde escoam as águas da chuva. Essas áreas formam uma calha que recebe a água proveniente de todo seu entorno e de calhas secundárias.

Figura 1 - Plano de Atílio Corrêa Lima, de 1933

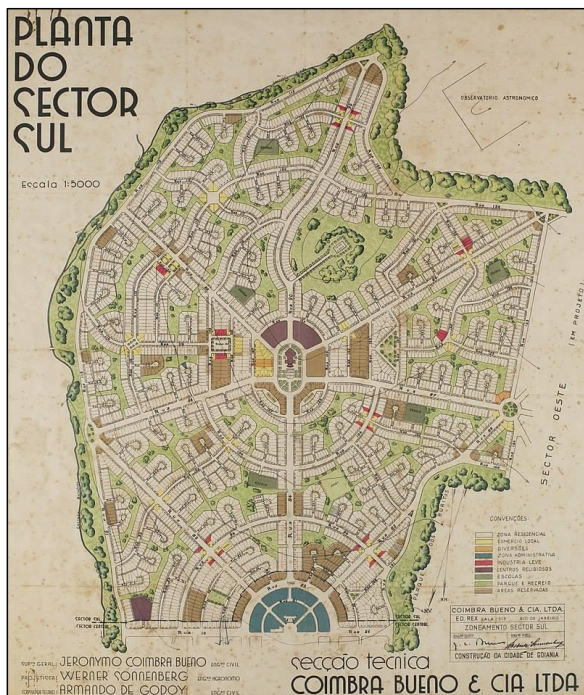


Fonte: Manso, 2001:221

No entanto, Atílio não chegou a concluir a implantação integral da nova capital. Ao romper o contrato com o governo de Goiás, foi substituído pelo engenheiro e urbanista Armando de Godói, que deu continuidade ao plano, mas seguindo a orientação dos modelos das cidades-jardim inglesas como Radburn e Hampstead².

² As cidades-jardins, concebidas por Ebenezer Howard, eram agrupamentos equilibrados que aproveitavam os benefícios do campo e da cidade, evitando as desvantagens de ambos. Uma das principais preocupações de Howard era garantir que o layout urbano incluísse amplas áreas verdes compostas por jardins, parques e bulevares, visando a salubridade da cidade. Além disso, ele buscava proporcionar à população, que estava precariamente instalada nas cidades industriais da época, acesso a morádias de baixo custo e alta qualidade ambiental.

Figura 2 - Planta do Setor Sul em Goiânia inspirada nas Cidades Jardins



Fonte: Facebook Goiânia Antiga

Armando de Godói também realizou a redefinição dos limites dos setores Central, Norte e Sul, a eliminação do setor Leste e a proposta do setor Oeste para futura urbanização a partir de 1950, foram estratégias que refletiram esses princípios conforme demonstra essas mudanças permitiram uma distribuição mais equilibrada da população e dos recursos, promovendo um ambiente urbano mais saudável e sustentável.

Figura 3 - Planta Geral de Armando de Godoy (1938).



Fonte: Fonte: RIBEIRO, 2004. Org.: Brand

A influência das cidades-jardim pode ser observada em diversos aspectos da planta de Goiânia. A cidade destacava-se por suas extensas áreas verdes e espaços abertos, os quais desempenhavam um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida de seus residentes, o plano urbano original era marcado pela preservação dos fundos de vale, evidenciando a consciente exclusão dessas áreas do desenvolvimento urbano. Essas características distintivas contribuíam não apenas para a estética da cidade, mas também para um ambiente mais sustentável e equilibrado, alinhado aos princípios urbanísticos que buscavam integrar harmoniosamente a vida urbana com a natureza.

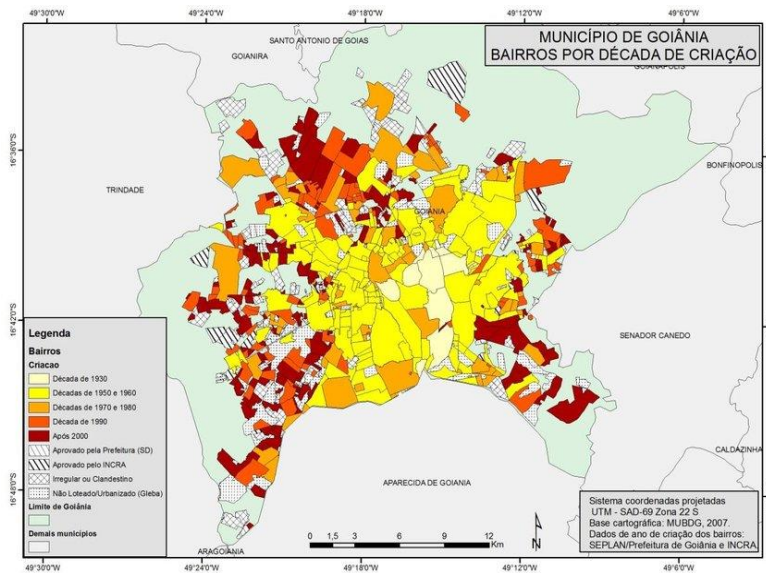
Goiânia foi um exemplo notável de uma cidade planejada que incorporou os princípios das cidades-jardim em seu design. A visão de Pedro Ludovico, Atílio Correa Lima e Armando de Godói ajudaram a moldar a cidade que conhecemos hoje

2 - Expansão Urbana de Goiânia

Construída inicialmente para 50 mil habitantes, Goiânia experimentou um crescimento moderado até 1955. Entretanto, devido a uma série de fatores, como a chegada da estrada de ferro, em 1951, a retomada da política de interiorização de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, a inauguração da Usina do Rochedo, em 1955, e construção de Brasília, de 1954 a 1960, cerca de 150 mil pessoas já habitavam a nova capital em 1965. Consequentemente, na década de 1960, Goiânia ganhou cerca de 125 novos bairros e tudo isso exigia mais infraestrutura, energia, transporte e escolas (Prefeitura de Goiânia, 2019).

O grande crescimento urbano e ocupação territorial da década de 1930 a 2000, (Figura 4), acarretou uma série de implicações, entre elas a ocupação nas margens dos cursos d'água e áreas de risco, por residências, comércios e indústrias, criando uma paisagem imprópria para vivência humana com riscos à saúde pública. O alto crescimento populacional resultou na necessidade de uma política de modificação da malha urbana e estratégias da expansão para os próximos anos, as quais deveriam se expandir de maneira ecológica.

Figura 4 - Mapa dos bairros de Goiânia - GO por década de criação.



Fonte: Streglio, Nascimento e Oliveira (2013)

Entre 1970 e 1980, Goiânia passou por um crescimento populacional sem precedentes. De 380 mil habitantes na década de 1970 para 717 mil habitantes no início da década de 1980. A necessidade de áreas verde para lazer e a proteção para as nascentes ficou urgente se tornando um dos pontos principais do Plano Diretor.

Em 1992, quando foi finalizado o Plano Diretor de Goiânia (PDIG/92), se buscava tratar das estruturas geográficas que delimitavam o tecido urbano, principalmente em relação a grande rede hidrográfica presente na região, e para isso foi criada a Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994, tratava sobre o uso e a ocupação do solo nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município de Goiânia, estabelecendo outras providências urbanísticas. Essa lei tinha como objetivo regular o uso do solo na cidade, promover o ordenamento territorial, proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural, incentivar a geração de emprego e renda, e garantir o bem-estar dos habitantes. A lei nº 031 posteriormente foi revogada pela Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007, que instituiu um novo Plano Diretor para Goiânia e estabeleceu diretrizes e princípios fundamentais para o desenvolvimento da cidade.

Os pontos importantes da Lei Complementar nº 171 incluía:

- Uma Política Urbana Sustentável: A lei buscava conciliar o crescimento econômico com a proteção ambiental, garantindo uma cidade mais justa e sustentável.
- O Direito à Moradia Digna: Ela assegurava o direito dos cidadãos a uma moradia adequada.
- A Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana: Estabelecia o uso racional e adequado da propriedade urbana, considerando o bem-estar coletivo.
- Uma Gestão Democrática e Controle Social: Promovia a participação da comunidade nas decisões relacionadas ao planejamento urbano.
- A Inclusão Social e Étnica: Combater desigualdades e discriminações, buscando uma cidade mais inclusiva.
- Sustentabilidade Financeira: Considera a viabilidade econômica das ações urbanas.
- Parceria entre Poder Público e Iniciativa Privada: Buscava alinhar interesses públicos e privados para o desenvolvimento da cidade.

Em retrospectiva, a evolução normativa do planejamento urbano em Goiânia, marcada pela transição do Plano Diretor de 1992 para a Lei Complementar nº 171 de 2007, reflete a constante busca por um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável. A revogação da

Lei Complementar nº 031 e a introdução da nova legislação trouxeram consigo uma visão mais abrangente e contemporânea sobre as demandas urbanas. Destacando-se pela promoção de uma Política Urbana Sustentável, o reconhecimento do direito à moradia digna, a definição da função social da cidade e da propriedade urbana, além da ênfase na gestão democrática e no controle social, a Lei Complementar nº 171 consolidou-se como um instrumento fundamental para orientar o crescimento da cidade. Ao abordar a inclusão social e étnica, sustentabilidade financeira e a busca por parcerias entre o Poder Público e a Iniciativa Privada, a legislação estabeleceu diretrizes abrangentes, visando não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a qualidade de vida e a equidade para todos os habitantes. Essa trajetória evidencia a importância da legislação urbanística como um elemento dinâmico e adaptativo para enfrentar os desafios contemporâneos, consolidando Goiânia como uma cidade que buscava harmonizar crescimento urbano e bem-estar social.

Com o intuito de atender aos princípios da Política Urbana Sustentável, estabelecida pela Lei Complementar nº 171 em 2017, Goiânia possuía, naquele ano, um total de 191 parques e bosques, conforme dados da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Entre esses espaços, alguns careciam de urbanização, e aqueles dotados de infraestrutura frequentemente apresentavam ocupações irregulares. Segundo informações da AMMA em 2017, a cidade ostentava um notável índice de 94m² de área verde por habitante, consolidando-a como a localidade com a maior extensão de áreas verdes por habitante em todo o Brasil. A dimensão dos parques implantados totalizava aproximadamente 4,05 km², equivalente a 1,57% de toda a área urbana da capital, que abrange 256,8 km².

No entanto, a presença de ocupações irregulares e a necessidade de urbanização em alguns parques indicam desafios a serem superados para garantir a efetiva implementação da Política Urbana Sustentável. Nesse contexto, é fundamental explorar mais profundamente a importância desses espaços verdes na cidade, analisando como eles contribuem para a qualidade de vida, a saúde pública e o equilíbrio ambiental. A seguir, abordaremos os parques de Goiânia, para compreender melhor o papel crucial que desempenham na configuração urbana da capital goiana.

3 - Parques Urbanos de Goiânia

De acordo com Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), Goiânia é a capital brasileira que possui o maior número de metros quadrados de áreas verdes por habitantes.

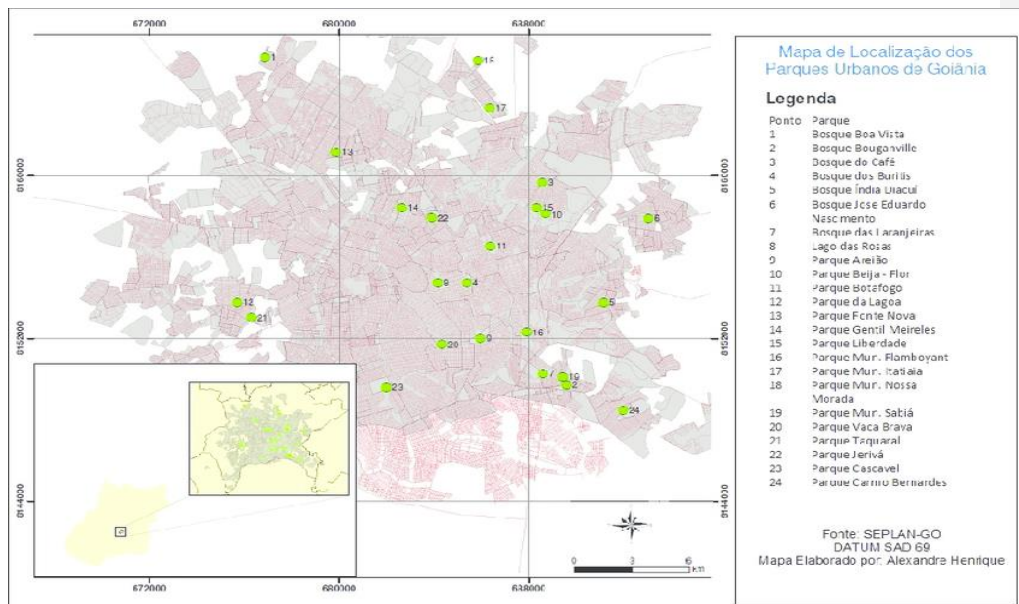
Conforme o levantamento da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), Goiânia tem 94m² de áreas verdes **para** cada cidadão. De acordo com a recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), uma cidade deve ter pelo menos 12m² áreas verdes por habitante, ou seja, Goiânia supera a meta com um índice de sete vezes mais áreas verdes. Com essa metragem a capital goiana até o ano de 2023, é reconhecida como a capital brasileira com a maior quantidade de áreas verdes por habitante, estando em segundo lugar no ranking mundial, atrás somente da cidade de Edmonton, no Canadá, com um quantitativo de 100m² de área verde por habitante.

De acordo com Martins Júnior (2007, p.157), Goiânia apresenta uma extensão total de 116,303 milhões de metros quadrados de espaços livres, destacando-se por sua diversidade. Esses espaços compreendem diferentes categorias, como 44,84% de área verde particular, 16,21% de equipamento público, 11,68% de parque linear, 10,95% de parque, 2,72% de espaço livre público, 2,65% de praça, 2,21% de verde de acompanhamento viário, 1,47% de jardim de representação/outras e 0,52% de cemitério (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.159).

Essa riqueza em áreas verdes é corroborada pelos dados da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) referentes a 2023. Na região metropolitana de Goiânia, existem 191 unidades de parques e bosques, distribuídas nas seguintes proporções: 4 unidades na Região Central, 20 unidades na Região Norte, 19 unidades na Região Leste, 18 unidades na Região Sudeste, 6 unidades na Região Sul, 2 unidades na Região Macambira/Cascavel, 33 unidades na Região Sudoeste, 26 unidades na Região Oeste, 19 unidades na Região do Mendanha, 25 unidades na Região Noroeste, 16 unidades na Região Vale do Meia Ponte e 3 unidades na Região Campinas (Apêndice 2). Essa distribuição resulta em um total de 16.506.677,84 metros quadrados de áreas verdes em todo o município. (Figura 5).

Comentado [AADO1]: Ariston: Trocar a sentença / de > para

Figura 5 - Localização dos Principais Parques Urbanos de Goiânia



Fonte: *Moreira, Jorgeanny & Silva, Clarinda. (2012). PAISAGEM URBANA E ÁREAS VERDES: CONTEXTO DOS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA. Boletim Goiano de Geografia. 32.*

Esses espaços representam uma importante fonte de lazer, cultura, saúde e bem-estar para os moradores e visitantes da RMG, além de contribuírem para a preservação da flora e da fauna nativas. No entanto, para que os parques urbanos cumpram plenamente suas funções, é necessário que sejam planejados, implantados e gerenciados de forma adequada, considerando as características e demandas de cada região e da população local. Nesse sentido, é fundamental que haja uma articulação entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado, visando garantir a sustentabilidade dos parques urbanos e a qualidade de vida da população metropolitana.

Devido à grande quantidade de parques e bosques distribuídos em Goiânia e em sua região metropolitana, esta monografia tem como foco o Parque Macambira Anicuns, cuja implantação se iniciou em 2003, o qual será objeto de discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O PARQUE MACAMBIRA ANICUNS

Neste capítulo são apresentados os resultados da revisão de literatura sobre o Parque Macambira Anicuns. Apresenta-se inicialmente considerações sobre a criação e as finalidades do Parque Macambira Anicuns e na sequência os resultados da pesquisa sobre o parque no que diz respeito a preservação ambiental e desafios para o poder público.

1 - Histórico do Programa Macambira Anicuns - PUAMA

Desde a sua concepção original, a cidade de Goiânia sempre valorizou a preocupação com o meio ambiente e a qualidade de vida, como evidenciado pelo Plano Urbano desenvolvido pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima. Esse plano se inspirou nas ideias das cidades-jardim propostas por Ebenezer Howard no final do século XIX, estabelecendo um núcleo urbano estrategicamente posicionado, integrado harmoniosamente com áreas verdes, bosques e vales.

O Plano Diretor de Goiânia, estabelecido pela Lei Complementar nº 171 de 2007, promoveu a implementação de uma política urbana com o objetivo de assegurar à população uma cidade mais equitativa e ecologicamente viável.

Art. 2º A Política Urbana do Município de Goiânia sustentar-se-á nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo à população a requalificação do território do Município e uma cidade mais justa e sustentável [grifo da autora]. Parágrafo único. Para efeito dos princípios estabelecidos no caput são adotadas as seguintes definições: I – igualdade – o direito de atendimento às necessidades básicas como o acesso à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; II – oportunidade - como a garantia da oferta, pelo poder público, dos serviços, equipamentos urbanos, comunitários, transporte e direitos sociais; III – transformação - como o processo originado pelas ações ou iniciativas do poder público e das representações sociais, voltadas ao aprimoramento das ações em benefício da cidade e do cidadão; IV – qualidade - como o resultado positivo do aprimoramento das ações do poder público e representações sociais, voltados para a cidade e o cidadão; V – função social da cidade – como o uso racional e adequado da propriedade urbana, dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Art. 3º A política urbana será implementada observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001 – Estatuto da Cidade e § 1º do art. 157- Lei Orgânica do

Município de Goiânia, de forma a atender as garantias fundamentais aprovadas no 1º Congresso da Cidade de Goiânia e na 2ª Conferência da Cidade de Goiânia, assegurando: I – o direito à cidade sustentável, compatibilizando o crescimento econômico com a proteção ambiental, o respeito à biodiversidade e a sócio diversidade.

Diante da necessidade de adoção de políticas públicas direcionadas à “proteção e recuperação dos fundos de vale, com o planejamento da reestruturação habitacional e da malha viária urbana” (PREFEITURA MUNICIPAL GOIÂNIA, 2012), foi criado o projeto “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”, denominado pela sigla PUAMA, como resposta da prefeitura de Goiânia, as consequências do intenso desenvolvimento urbano que impulsionou a progressão da ocupação do solo sobre as matas ciliares, colocando em risco a integridade ambiental dos ecossistemas hídricos dos vales do Macambira e do Anicuns.

O Plano Diretor do Município de Goiânia, estabelecido em 2007, reconheceu a grande importância dessa bacia hidrográfica, propondo recomendações direcionadas à criação da Área de Preservação Ambiental (APA) do Alto Anicuns. O objetivo principal dessas recomendações era salvaguardar as nascentes desse curso d'água, reforçando assim a necessidade de preservação desse ecossistema crucial.

A bacia hidrográfica do Anicuns é constituída por vários

cursos d'água dentre os quais pode-se destacar os córregos Macambira, Cascavel e Botafogo, sendo o Macambira um dos principais contribuintes pela margem direita, no sentido sul-norte. Porém, de acordo com o PUAMA (2016) o Ribeirão Anicuns é classificado como o mais poluído curso d'água da capital, sendo o seu principal afluente o Córrego Macambira. A bacia formada por esses dois cursos d'água drena aproximadamente 70% da área urbana, sendo a mais representativa bacia hidrográfica de Goiânia.

Inspirado nos modelos de "parque linear", que corresponde a tradução dos conceitos de greenways³ e parkways⁴, o projeto abarcaria a organização de áreas ao longo de recursos

Figura 6 - Ribeirão Anicuns



Fonte - Guia Ecológico, 2012

³ Greenways, ou corredores verdes, são faixas de terreno destinadas à preservação e desenvolvimento sustentável, conectando áreas verdes em ambientes urbanos ou periurbanos. Esses corredores promovem a biodiversidade, oferecem espaços recreativos, melhoram a qualidade ambiental e facilitam o movimento de fauna e flora, contribuindo para a sustentabilidade urbana.

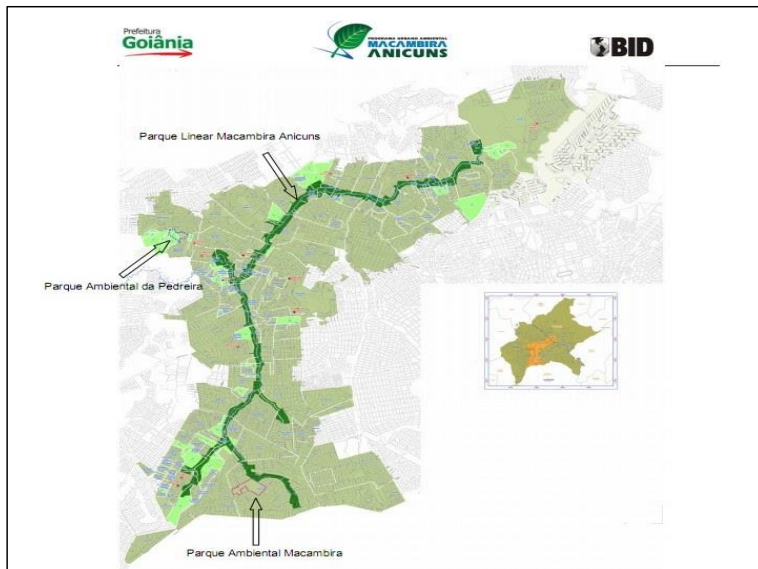
naturais, como rios, córregos e vales, transformando-os em espaços recreativos interligados a zonas verdes, incluindo reservas naturais, locais históricos e até mesmo bairros residenciais. Essas áreas seriam notavelmente versáteis, desempenhando uma variedade de funções, desde a preservação ambiental, ao manter a biodiversidade local para prevenir inundações, até as dimensões sociais, oferecendo espaços para interações e apreciação, e as dimensões culturais, servindo como palcos para atividades de lazer, esportivas e artísticas. O parque representaria um recurso valioso para educar a comunidade sobre questões ambientais, fomentando o uso responsável do espaço público e promovendo o cuidado com a natureza.

O Programa Macambira Anicuns - PUAMA foi concebido nos primeiros anos da década de 2000, período se iniciaram as tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de tornar o programa viável em 2003, culminando na formalização do contrato em 2009.

Localizado no setor Façalville, em Goiânia, Goiás o parque, é um espaço verde, que oferece diversas opções de lazer, como o Núcleo Socioambiental, o Núcleo Vivo, a Praça das Esculturas e o Núcleo Recreativo Infantil com playgrounds de areia e principalmente áreas de proteção ambiental tendo como objetivo restaurar e preservar as nascentes e matas de várzea dos córregos Macambira e Ribeirão Anicuns. O PUAMA seria o maior corredor verde do mundo, abrangendo 131 bairros de Goiânia, com início na nascente do córrego Macambira, e terminando no Parque da Pedreira, atravessando Goiânia de norte a sul (Figura 7).

⁴ Parkways são vias projetadas para oferecer uma experiência cênica e recreativa, integrando transporte rodoviário com amplos espaços verdes e paisagens naturais ao longo do percurso. Essas estradas visam proporcionar um ambiente agradável e promover a apreciação da natureza.

Figura 7 - Abrangência do PUAMA



Fonte: GOIÂNIA, 2013

Com base nos dados sobre o Parque Linear, (Prefeitura de Goiânia), o parque teria uma extensão total de 23,7 km, dividida entre o Parque Linear Macambira, que abrange 172,6 hectares, e o Parque Linear Anicuns, com 204,8 hectares. A área de intervenção total compreende 377,4 hectares, incluindo o Parque Ambiental Urbano Macambira (25,34 ha) e o Parque Ambiental Urbano da Pedreira (10,2 ha). Do total, 142,60 hectares são destinados a áreas públicas na zona de intervenção, enquanto 39,10 hectares possuem potencial para Planejamento Diferenciado de Urbanização (PDU).

O projeto também contemplaria áreas previstas para desapropriação, sendo 160,42 hectares em Áreas de Preservação Permanente (APP) e 37,66 hectares fora da APP. Quanto à infraestrutura viária, a proposta inclui a implantação de 16 km de vias entre edificações e os 30 metros de APP, 7,6 km de vias com potencial para PDU, e 7,7 km de vias projetadas por loteamentos, mas ainda não implantadas, totalizando 31,3 km.

A estimativa é de que o Parque Linear beneficiaria aproximadamente 350 mil pessoas, onde a pesquisa socioeconômica realizada abrangeu cerca de 1.700 famílias. Esses dados evidenciam a abrangência do projeto, não apenas como uma iniciativa ambiental, mas que também seria um empreendimento que visaria melhorar a qualidade de vida e promover o

desenvolvimento urbano sustentável na região. O quadro 1 apresenta resumo dos dados do referido parque

Quadro 1 - Resumo do PUAMA

Resumo do PUAMA	
Item	Dados
Extensão do Parque Linear	23,7 km
Parque Linear Macambira	172,6ha
Parque Linear Anicuns	204,8ha
Área de intervenção total	377,4 há
Parque Ambiental Urbano Macambira	25,34 ha
Parque Ambiental Urbano da Pedreira	10,2ha
Áreas públicas na área de intervenção	142,60 ha
Área com potencialidade para PDU	39,10 ha
Área prevista para desapropriação (APP)	160,42 ha
Área prevista para desapropriação (fora da APP)	37,66 há
Proposta de implantação de vias - quantitativo total: • 16 km – vias propostas entre edificações e os 30m APP; • 7,6 km – vias propostas com potencial para PDU; • 7,7 km – vias projetadas por loteamentos e não implantadas.	31,3 Km
Estimativa da população beneficiada	prox. 350 mil
Alcance da pesquisa socioeconômica	Aprox. 1700 famílias
Estimativa de famílias a serem reassentadas	Aprox. 800 famílias e negócios
Bairros beneficiados	Aprox. 131 bairros

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

O projeto e desenvolvimento do parque seguiu o seguinte cronograma:

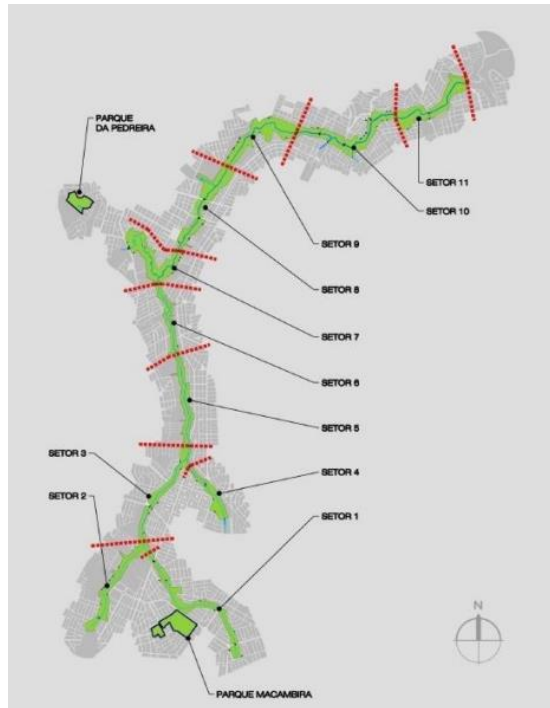
1. Em 2005, deu-se início ao processo de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
2. Em abril de 2008, o financiamento foi aprovado.
3. Em 2009, assinou-se o contrato de empréstimo, para se realizar a contratação de empresas para elaboração de projetos e definição e início das obras.
4. No dia 28 de dezembro de 2011 foi sancionada a Lei nº 9123, a qual cria os parques integrantes do PUAMA.
5. Em 2012, iniciaram-se as obras do Parque
6. Em 2013, iniciaram-se as obras das unidades de saúde e educação.

A execução das obras do Parque Linear Macambira Anicuns seria realizada por etapas, chamadas de setores. Ao todo, a área de abrangência está dividida em 11 setores, que são trechos de obras, criados para aumentar o controle e a gestão e também favorecer uma independência entre essas partes, de forma que a execução de uma não atrapalhe a execução de outra. A extensão de cada setor ficaria entre 1,5 e 4,0 km.

Segundo o PUAMA (2013), os setores são divididos da seguinte maneira:

- Setor 1: Contempla o extremo sul do parque linear, iniciando-se na Avenida Professor Hélio França, no Setor Façalville, terminando no encontro com o Córrego Pindaíba. Este setor inclui o Parque Ambiental Urbano Macambira, onde se localiza a nascente do córrego Macambira;
- Setor 2: Localiza-se ao longo do córrego Pindaíba até o encontro com o córrego Macambira;
- Setor 3: Vai desde a foz do córrego Pindaíba, no córrego Macambira, até a Avenida Milão;
- Setor 4: Engloba a travessia do Córrego Macambira na avenida César Lattes;
- Setor 5: Engloba a parte do Macambira que vai da Avenida Milão até o Parque Oeste Industrial;
- Setor 6: Encontra-se também ao longo do Córrego Macambira, da Avenida Pedro Ludovico até a Rua da Alegria na Vila Santa Rita;
- Setor 7: Ocorre na Rua da Alegria até a foz do Macambira com o Ribeirão Anicuns, na Avenida Macambira, que se localiza nos Bairros São Francisco e Industrial Mooca;
- Setor 8: Contempla parte do Ribeirão Anicuns, entre a Vila João Vaz e a Esplanada do Anicuns;
- Setor 9: Ao longo do Ribeirão Anicuns, da Avenida Padre Wendell até a Avenida Mato Grosso do Sul, nos bairros Jardim Ana Flávia e Setor Perim; 45
- Setor 10: Localiza-se entre as Avenidas Mato Grosso do Sul e Rua 21, na Vila Santa Helena;
- Setor 11: Ao longo do Ribeirão Anicuns até a Avenida Goiás Norte, nos bairros Criméia Oeste e Urias Magalhães

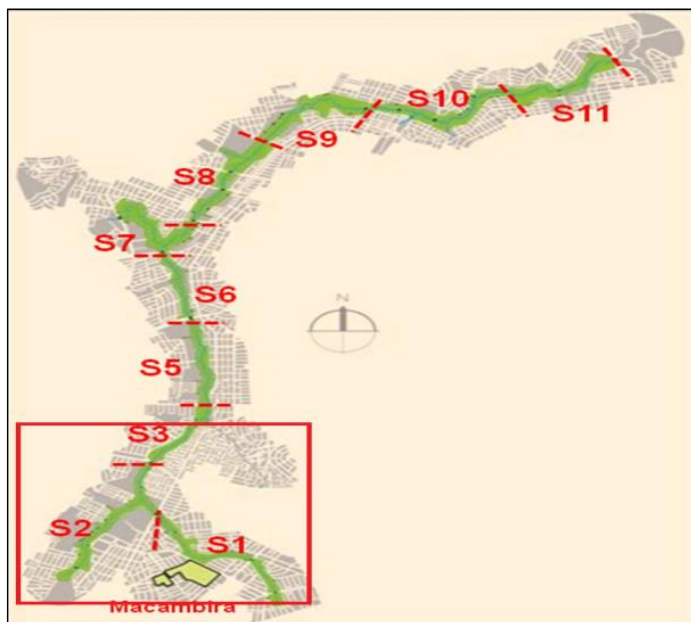
Figura 8 - Setores do Parque Linear Macambira Anicuns



Fonte: PUAMA, 2011

A abrangência do Parque Linear Macambira Anicuns fica evidente na sua distribuição por setores, alcançando desde a região sudoeste até a região Norte da cidade de Goiânia. Até o presente momento, os setores 1, 2 e 3 (Figura 9) do parque linear foram implementados, representando aproximadamente 30% do total das obras.

Figura 9 - Área finalizada PUAMA



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 2012.

A expansão e implementação dos setores 1, 2 e 3 do Parque Linear Macambira Anicuns representam um pequeno avanço visto que, em função da amplitude do projeto, ela se restringe a uma parcela limitada do espaço urbano de Goiânia. Contudo, sinaliza necessidade de maior empenho para possam ser alcançados os objetivos de preservação ambiental e qualidade de vida da comunidade. Assim como, para a necessidade de estudos acompanhem as transformações decorrentes da implementação desse projeto.

Nesse sentido, com a intenção de ampliar os conhecimentos acerca do Parque Macambira Anicuns, apresenta-se a seguir considerações sobre o que dizem as pesquisas sobre o parque no que refere a preservação ambiental e desafios para gestão pública.

2 - As pesquisas sobre o Parque Macambira-Anicuns.

Conforme mencionado foi identificado as dissertações de Barcellos (2013) e Silva (2014) e o artigo de Gonçalves (2017); Silva (2017), Júnior (2017) e Boggione (2017) a partir

das quais buscamos identificar o que dizem sobre Preservação Ambiental e os desafios para Administração Pública do Parque Macambira Anicuns.

2.1 Preservação Ambiental do Parque Linear Macambira-Anicuns

O Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns foi elaborado para enfrentar desafios ambientais, urbanísticos e sociais em Goiânia, particularmente na bacia do Macambira-Anicuns, responsável por drenar cerca de 70% da área urbana. Seus objetivos específicos eram aprimorar as condições ambientais e de saúde dos residentes próximos. Isso envolvia implementar sistemas de drenagem eficientes, manejo do solo, revitalização da vegetação nativa e restauração dos serviços ambientais da Área de Preservação Permanente (APP)⁵. Também buscava consolidar a infraestrutura urbana, criar soluções habitacionais adequadas e promover a interação social entre os moradores (GOIÂNIA, 2017).

A regulamentação das APP promulgada em 18 de julho de 2013 pela Lei Estadual nº 18.104, estabelecer as normas gerais sobre a proteção da vegetação, sobre as áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais no Estado de Goiás, determinou as larguras mínimas das faixas de proteção nas de APPs, conforme o tamanho do curso d'água ou características específicas do relevo. Conforme expõe do documento:

Art. 9: Consideram-se Áreas de Preservação Permanente - APP, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

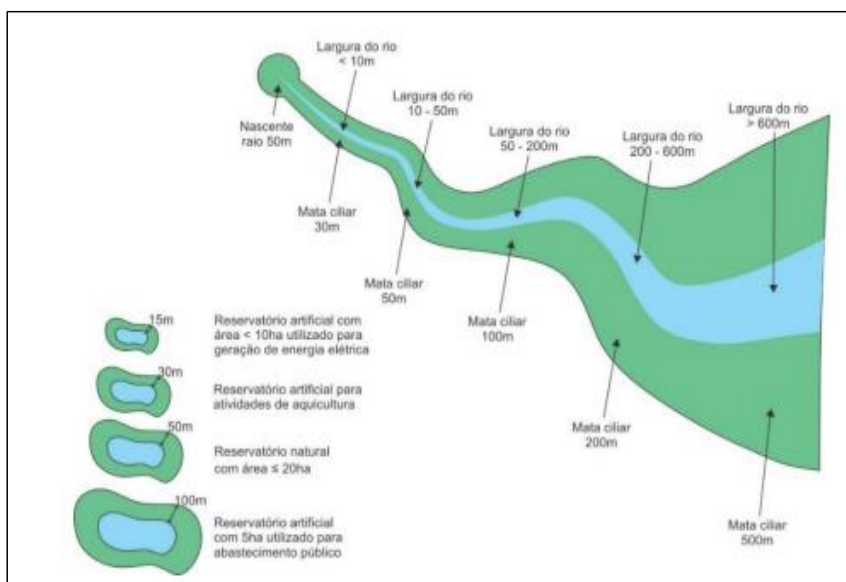
I – As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perenes e intermitentes excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de até 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água com largura superior a 10 (dez) metros e até 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água com largura superior a 50 (cinquenta) e até 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) e até 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água com largura superior a 600 (seiscentos) metros. (Governo Do Estado De Goiás Secretaria De Estado Da Casa Civil, 2013)

⁵ A Área de Preservação Permanente (APP) é uma área protegida por lei com o propósito de conservar ecossistemas naturais, preservar recursos hídricos, proteger a biodiversidade e garantir a estabilidade ambiental. Geralmente demarcada ao longo de corpos d'água e encostas, a APP tem o objetivo de assegurar a integridade dos recursos naturais, promover a qualidade ambiental e prevenir riscos como erosão e inundações

Figura 10 - Delimitação de APP's de acordo com a Lei Estadual nº 18.104

Comentado [AAD02]: Roberto: Incluir a lei na figura

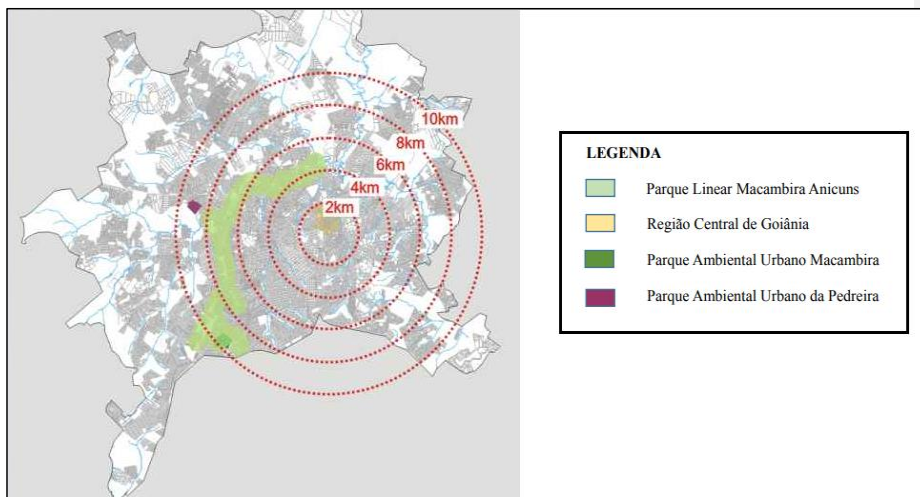


Fonte: Atlas Digital das Águas de Minas

Com esse propósito, o PUAMA (2013) implementou, com base na legislação Estadual nº18.104 de APP's, a revitalização das margens dos cursos d'água na bacia do Macambira-Anicuns, tendo em vista criar condições para uma temperatura mais moderada e para a preservação da vida selvagem, mas também se assegura um recurso hídrico vital para a cidade. Essa iniciativa integrou-se aos esforços do Programa Urbano Ambiental para enfrentar os desafios ecológicos e sociais nessa região específica de Goiânia-

De acordo com estudo desenvolvido por Silva (2014, p.61), com objetivo de avaliar as ações de sustentabilidade, propostas no Planejamento do Parque Linear Macambira Anicuns, Parque inicia-se nas nascentes do Córrego Macambira, região Macambira Cascavel de Goiânia e se estende até a ponte da Avenida Goiás Norte, nas imediações do Setor Urias Magalhães (Figura 11), com extensão aproximada de 24km e largura mínima de 30m de cada margem, perfazendo uma área total de 360 hectares.

Figura 11 - Mapa de Abrangência do Município de Goiânia



Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

Conforme Silva (2014), para execução da obra, a área de intervenção do PUAMA, foi dividida em 11 setores e estabelecidos os seguintes critérios para delimitar os limites do Parque Linear Macambira Anicuns

- Limite mínimo de 30m (de cada margem) previsto na Legislação Lei Estadual nº 18.104 e no Plano Diretor;
- Estudo da mancha de inundação, considerando como tempo de recorrência 50 anos;
- Estudo das vias de contorno, baseadas na topografia, encabeçamento das obras de arte e desenho geométrico do sistema viário; - Implantação de portais estratégicos de acesso;
- Incorporação de áreas verdes privadas preservadas;
- Incorporação de áreas privadas com implantação de equipamentos de lazer, culturais etc.;
- Fatores econômicos. (SILVA, 2014, p.61)

De acordo com os estudos de Barcellos (2013), embora a extensão da zona de preservação permanente do parque Macambira-Anicuns tenha se limitado a 30 metros de largura, de acordo com a legislação que estabeleceu a regulamentação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), essa área deveria ser expandida para 1,5 km². Conforme esclarece Silva (2014) o não atendimento a regulamentação se deve aos custos adicionais que

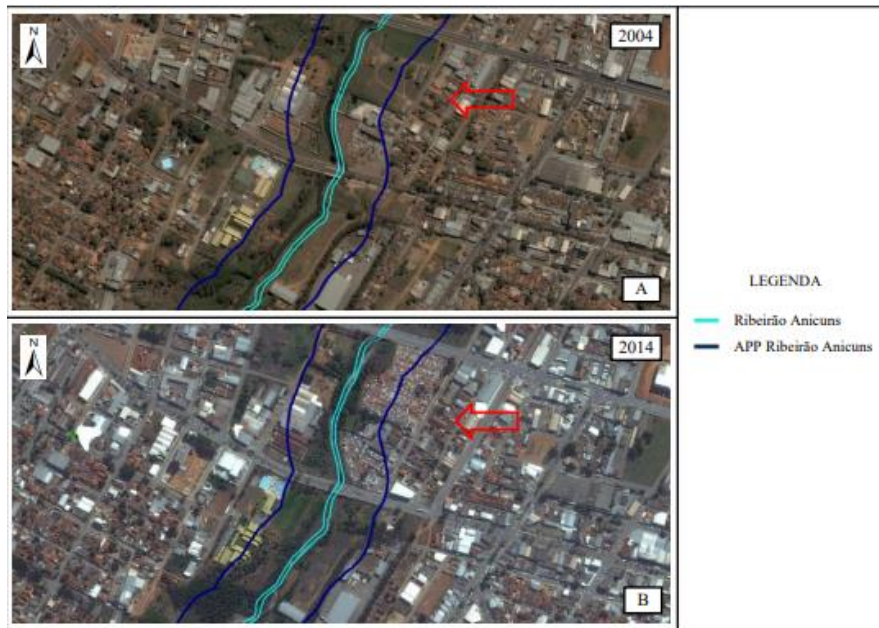
a desapropriação acarretaria. O que resultou em significativa alteração do projeto com relação a extensão da área de preservação permanente ao longo do parque.

Com relação ao surgimento de novas construções a pesquisa constatou que houve um aumento considerável em função da construção do parque. E quanto à Sustentabilidade Ambiental, que os moradores relacionam o bem-estar com a qualidade do ar, da flora, da fauna, do conforto térmico e acústico, e consideram que vivem bem no setor Faiçalville, mesmo que haja carência com relação ações de extrema importância para o desenvolvimento sustentável como a mobilidade urbana, à segurança e à saúde. Nesse aspecto, a autora ressalta que mesmo com a implantação do parque as propostas referentes à sustentabilidade não estavam sendo cumpridas, em função da interrupção da obra e pela falta de cuidado com o que já havia sido realizado. A exemplo disso, a autora registra que algumas árvores que haviam sido retiradas em função da estruturação viária, não foram recompostas, assim como os depósitos de lixo e entulho (proveniente da demolição das casas e remanejamento das famílias) que ainda permaneciam no local.

Silva, Rodrigues, Magna e Boggione (2017), visando identificar a região de maior crescimento da área urbanizada de Goiânia durante uma década (2004 a 2014) e verificar alguns impactos ambientais causados pela expansão urbana, mostrou que, no processo de crescimento desordenado da cidade de Goiânia, entre os anos de 2004 e 2014 a região de maior crescimento e impacto ambiental foi a região que correspondente ao quadrante oeste. As análises dessa pesquisa evidenciaram que da área total do Ribeirão Anicuns, 362,461 ha, havia até 2014 uma ocupação de 192,487 há, por edificações que correspondiam a 53% das APP, sendo cerca de 45% da área de APP ocupada irregularmente. Apontou também como problemas provenientes da ausência de mata ciliar como erosão, despejo de dejetos industriais e domésticos, poluição, lançamentos de esgoto, vegetação descaracterizada, depósito de entulhos, dentre outros.

A Figura 12 apresenta um detalhe com presença de edificações próximas ao leito do Ribeirão Anicuns.

Figura 12 - Ocupação da APP do Ribeirão Anicuns em 2004 (a) e em 2014 (b)



Fonte: Silva, Rodrigues, Magna; Boggione (2017)

Ademais, Silva (2014) verifica que com o início da delimitação e criação do Parque, o corredor verde que se formaria em Goiânia teve um efeito reverso devido a especulação imobiliária ter se aproveitado da baixa fiscalização de uma obra longa para promover no período de 2002 a 2023 a ocupação de espaços no entorno dos três setores delimitados pelo PUAMA, conforme demonstra a Figura 13

Figura 13 - Time-lapse da Cobertura vegetal dos do Parque de 1985 a 2023



Fonte: Google Maps. 2023

As imagens acima permitem inferir que atualmente a quantidade de casas e prédios, onde reside principalmente a população de classe média alta, triplicou ao longo dos anos. Em parte, tal ocupação decorre de o fato dos grupos imobiliários terem se apropriado do verde como mercadoria para a venda de loteamentos do parque como o quintal da residência. Assim como com base nas ideias viabilizadas por meio da propaganda de que os parques urbanos representam um espelho da natureza, que são únicos e distintos no cenário da cidade, que são lugares onde indivíduos buscam serenidade e harmonia, para os encontros, brincadeiras das crianças e prática de esportes. Não obstante, essa especulação constitui um dos principais impulsionadores da degradação ambiental, especialmente quando se trata da ocupação desordenada de áreas próximas a nascentes.

Com efeito, a construção de empreendimentos imobiliários em regiões próximas a nascentes provoca uma série de impactos negativos, tais como o aumento da impermeabilização do solo que por impedir a infiltração da água, reduz a recarga dos aquíferos subterrâneos. Além disso, o desmatamento das áreas verdes circundantes interfere

na capacidade de retenção de água do solo e favorece o assoreamento dos cursos d'água, comprometendo sua capacidade de fornecer água limpa e regular o fluxo hídricos.

2.2 Parque Macambira-Anicuns: Desafios para a gestão pública

Com o avanço do processo de urbanização a preservação dos recursos naturais e a manutenção da qualidade de vida nas cidades assumiram posições de destaque na administração pública, nas últimas décadas do século XX, haja vista a frequência e intensidade dos casos de degradação ambiental, a ameaça de extinção de diversos recursos naturais e o crescente anseio da sociedade por ambientes ecologicamente saudáveis.

Nesse contexto, os gestores públicos têm enfrentado significativos desafios diante complexidade inerentes entre a lógica do desenvolvimento urbano, a lógica da conservação ambiental e a necessidade de uma legislação para orientar um planejamento urbano que assegure função ecológica e social atribuída a essas áreas verdes. A desocupação de APPs, por constituem um exemplo da necessidade de uma legislação necessária para o conflito entre a proteção dos ecossistemas e a ocupação desordenada dessas áreas para moradia.

Nesse sentido, Silva (2014) relata que de acordo como o levantamento realizado no ano de 2011, sobre moradores e sua situação social, as atividades econômicas, bem como sobre os tipos de imóveis ocupados, residencial, negócio e uso misto que se localizam nas áreas de intervenção do PUAMA, a área destinada ao Parque Linear Macambira-Anicuns abrigava um total de 1.310 (entre famílias e negócios distribuídos nos 11 setores de intervenção). Desse total 663 casos estão localizados às margens do Ribeirão Anicuns, 84 às margens do Córrego Macambira, 144 às margens do Córrego Buriti e 19 localizados no Córrego Pindaíba. E, no que se refere aos tipos de imóveis, dos 1.310 casos, 1.136 que representam 86,7%, correspondem a residências familiares e 174 imóveis, ou seja 13,3% a negócios conforme evidencia o quadro 2.

Quadro 2 - Quantitativo de casos por setor

Setor	Famílias	Negócios	Total de casas por setor
Setor 1	75	13	88
Setor 2	26	2	28
Setor 3	80	9	89

Setor 4	121	21	142
Setor 5	118	24	142
Setor 6	120	35	155
Setor 7	46	8	54
Setor 8	101	15	116
Setor 9	126	12	138
Setor 10	220	19	239
Setor 11	103	16	119
total	1.136	174	1.310

Fonte: Documento PARR, Ano 2012, p.08.

Com o objetivo de relocar essas famílias da referida área, foi promulgado o Decreto nº 2617, datado de 19 de agosto de 2011 que determinou processo de desapropriação a fim de viabilizar a efetiva execução do projeto. No artigo 3º, o documento detalha que a extensão da "área a ser desapropriada" abrange aproximadamente 23,70 km², com largura mínima de 30 metros em ambas as margens dos córregos e afluentes mencionados no artigo 1º, a saber: Córrego Macambira, Ribeirão Anicuns e seus afluentes.

Porém, o processo de desocupação da área não ocorreu, devido a dois fatos. O primeiro em função do valor das desapropriações. Conforme o documento de apresentação do Programa Urbano Ambiental Macambira-Anicuns (Puama), o valor estimado das desapropriações, era estimado em R\$ 250 milhões. O segundo remete a complexidade das negociações com os residentes para a desocupação dos imóveis. Tarefa delicada por envolver questões ambientais, e sociais. Frequentemente, comunidades inteiras se estabelecem em áreas de Preservação Permanente (APP), e a remoção pode ter um impacto significativo em suas vidas. Este é um dilema sensível, foi um dos desafios do processo de desocupação de áreas de APP diante da complexidade social que envolvia a ocupação desordenada do parque.

Como consequência desses impactos, foi decidido reduzir a extensão da área de preservação permanente ao longo do parque já construído e interromper a continuidade das obras. Isso se deve à impossibilidade de prosseguir, visto que, no cenário atual de 2023, a situação se agravou. Desde a última pesquisa realizada em 2011, o número de famílias realocadas no local triplicou, impulsionado pelo aumento da especulação imobiliária.

Em um cenário em que a desocupação de imóveis era concebida para aprimorar o espaço público da região, surgiu um desdobramento inesperado. Embora a Prefeitura de Goiânia tenha efetivado o realocamento de algumas famílias da área, a omissão no

recolhimento do entulho proveniente das demolições trouxe consigo uma série de desafios. Conforme observado pela comunidade local em uma pesquisa de campo conduzida Silva (2014), os locais demolidos passaram a atrair moradores de rua e usuários de drogas. Além disso, o acúmulo de resíduos não coletados transformou o local em um ponto crítico, propício para a proliferação de animais e uma significativa infestação de insetos. Este contrassenso, inicialmente destinado a melhorar o ambiente urbano e ambiental, revela a importância não apenas da realocação efetiva, mas também da gestão integrada sobre a manutenção de espaços públicos para assegurar os benefícios desejados pela comunidade.

Figura 14 - Entulho proveniente das demolições / remoção das famílias



Fonte: Fotos tiradas por Janaina Barbosa (2014)

2.2.1 - A gestão do Parque Macambira Anicuns

A gestão de parques urbanos em Goiânia é administrada pela Agência do meio ambiente (AMMA) e pela Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG). A AMMA é uma autarquia municipal, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que integra a estrutura administrativa indireta da Prefeitura de Goiânia e é jurisdicionada à Secretaria de Governo. Foi criada em 20 de julho de 2007 através da lei nº. 8.537, para implementar e gerir

a política ambiental do município, com foco no desenvolvimento sustentável em todo o território da cidade. A Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG) é uma sociedade de economia mista por ações e de direito privado, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, com prazo de duração indeterminado, responsável pela limpeza, jardinagem, coleta de lixo, construção, manutenção de praças e de logradouros públicos.

No entanto, ao direcionarmos o olhar para a realidade do Parque Macambira Anicuns, é possível observar o acúmulo de lixo (Figura 15) e de esgoto irregular (Figura 16). O que chama atenção para a necessidade de investimento em ações adequadas a preservação ambiental do parque por parte dos órgãos responsáveis. O descarte inadequado de resíduos compromete não apenas a estética do parque, mas também sua funcionalidade ecológica, impactando a biodiversidade local e afetando a experiência dos visitantes.

Figura 15 - Lixo descartado no Parque Macambira Anicuns, em Goiânia



*Fonte: Fotografia de Gabriella Reis, Disponível em:
<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/11/20/descarte-irregular-de-lixo-e-entulho-preocupa-moradores-de-goiania.ghtml>.*

Figura 16 - Esgoto chegando ao ribeirão Anicuns



Fonte: Bianca Magacho Barcellos; Guia Ecológico, 2012

É imprescindível que COMURG efetive ações específicas no tratamento de esgoto no Parque Macambira Anicuns para atenuar os impactos ambientais adversos e garantir a preservação da qualidade ambiental do parque. Assim como que a AMMA intensifique suas iniciativas de fiscalização e conscientização população que frequenta e que reside no entorno do parque, por meio de programas educativos que conscientizem a comunidade sobre a relevância do descarte responsável de resíduos.

CONSIDERAÇÕES

A escolha do tema e da metodologia desta monografia se deu em função de questionamentos a respeito do Parque Macambira Anicuns que emergiram do meu percurso acadêmico no curso de Licenciatura em Geografia, particularmente na disciplina Geografia das Cidades e Geografia Aplicada à Educação Ambiental.

Para desenvolvê-la partimos do pressuposto de que a primeira ação de uma pesquisa deve ser a revisão bibliográfica a fim de identificar o que já foi pesquisado sobre o objeto, o que os resultados das pesquisas revelam sobre o tema. Assim, foram definidos os seguintes objetivos para pesquisa: Apreender as contribuições das pesquisas que tem como objeto de investigação o Parque Macambira Anicuns; discutir os conceitos de Espaço Urbano, Espaços Públicos e Parques Urbanos; Contextualizar a produção do espaço urbano de Goiânia apontando seus principais parques; apresentar os resultados apreendidos por meio da revisão da literatura sobre a preservação ambiental e os desafios para administração pública do parque Macambira Anicuns.

A revisão teórica realizada no primeiro capítulo ampliou nossa compreensão sobre a interconexão dos conceitos de Espaço Urbano, Espaços Públicos e Parques Urbano a respeito da dinâmica espacial processo de produção/reprodução cidade e do urbano. Possibilitou-nos, assim, uma visão mais crítica de que o Espaço Urbano se refere ao ambiente socialmente construído, abrangendo desde edificações até infraestruturas e áreas verdes; que os Espaços Públicos são porções do espaço urbano acessíveis a todos, independentemente de propriedade privada, proporcionam interação social e atividades coletivas, e que como espaços públicos, os parques representam áreas dedicadas à preservação ambiental e à convivência com a natureza, cuja produção é determinada pelas mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizam o contexto histórico atual. De modo que a produção da segregação do espaço urbano revela em seu fundamento a negação da vida na cidade. Ou seja, que o uso e acesso à cidade e a vida urbana criada pela segregação revela os conteúdos da reprodução das relações sociais que reproduz cria uma prática socioespacial em seu conjunto. Nesse sentido, a compreensão desses conceitos foi fundamental para entendimento do modo pelo qual a proteção ambiental vem interferindo na configuração das cidades, conjuntura em que se destaca a criação de parques urbanos

No segundo capítulo, pode-se perceber que como espaços públicos os parques desempenham um papel fundamental na produção do espaço urbano de Goiânia. Além de sua função tradicional como áreas de lazer e convívio social, eles contribuem em diversos aspectos do desenvolvimento urbano sustentável como preservação de áreas verdes, promoção da qualidade de vida dos cidadãos e na mitigação dos impactos ambientais causados pelo crescimento urbano desordenado.

Nesse sentido, Parques como o Macambira Anicuns não apenas oferecem áreas verdes, mas também se tornaram elementos-chave na configuração da identidade urbana da cidade. No entanto, apesar da concepção inicial da capital incluir parques e jardins com uma função urbana crucial, a ocupação de Goiânia foi caracterizada pela especulação imobiliária, resultando no descontrolado aumento de seu território, que é rico em cursos d'água e nascentes. Isso agravou os conflitos entre usos urbanos e questões ambientais

Em relação ao terceiro capítulo destaca-se as valiosas contribuições das pesquisas conduzidas de Silva (2014) e Barcellos (2013), oferecendo uma análise aprofundada sobre o Parque Macambira Anicuns. Especificamente, no que diz respeito importância da preservação ambiental e os desafios enfrentados pela gestão pública na preservação desse patrimônio natural.

Dentre as contribuições dessas pesquisas destaca-se a contextualização do Programa Macambira Anicuns - PUAMA, na criação e desenvolvimento de projeto de preservação ambiental; iniciado em 2003, concebido com o propósito primordial de enfrentar desafios ambientais, urbanísticos e sociais em Goiânia, especialmente na bacia do Macambira-Anicuns, responsável por drenar aproximadamente 70% da área urbana. Os objetivos específicos do PUAMA visavam aprimorar as condições ambientais e de saúde dos residentes próximos, incluindo a implementação de sistemas de drenagem eficientes, o manejo adequado do solo, a revitalização da vegetação nativa e a restauração dos serviços ambientais da Área de Preservação Permanente (APP). Além disso, buscava-se consolidar a infraestrutura urbana, criar soluções habitacionais adequadas e fomentar a interação social entre os moradores.

Entretanto, apesar dos objetivos deste projeto a gestão pública do Parque enfrenta diversos desafios significativos com relação a recursos financeiros, pressão por desenvolvimento urbano, conflito de interesses conflitantes entre conservação e uso sustentável de modo que a manutenção da integridade do ecossistema demanda um

compromisso contínuo, tanto em termos de investimentos financeiros quanto de esforços para envolver a comunidade local.

Pode-se constatar que implementação de políticas eficazes de gestão, a atualização constante de planos de manejo e a busca por parcerias entre setores público e privado são fundamentais para superar esses desafios. Nesta perspectiva, entende-se que a busca da sustentabilidade financeira, por meio de parcerias com empresas comprometidas com a responsabilidade socioambiental, pode ser uma estratégia valiosa.

Em suma, pode dizer que o compromisso assumido pelo Programa Macambira Anicuns, pode desempenhar significativa contribuição na preservação ambiental, ao desenvolver com a comunidade e visitantes do parque uma educação que desperte a consciência sobre a necessária preservação da natureza. Apesar dos desafios enfrentados pela gestão pública, a importância do parque como um refúgio ecológico e catalisador do desenvolvimento sustentável aponta para a necessidade contínua de investimentos e esforços coordenados tendo em vista assegurar a conservação a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Paulo. **Reflexões sobre o Espaço Público Atual**. In: LIMA, E. F. W; MALEQUE, M. R. (org.). Espaço e Cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007

AMMA. **Agência Municipal de Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/index.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2023

BARCELLOS, Bianca Magacho. **Parques Urbanos: O Caso do Parque Macambira Anicuns em Goiânia - GO**. Dissertação, 2013. 101p. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial Urbano – MDPT da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

BURGOS, Rosalina. **Parques públicos urbanos na metrópole paulistana: concepção e uso na produção do espaço urbano**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(re)produção do espaço urbano**, São Paulo, EDUSP: 1994

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163371>. Acesso em: 28 ago. 2023

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 348–369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48199>. Acesso em: 28 ago. 2023

CASTRO, Alexandra. **Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos**. **Cidades- Comunidades e Territórios**, n. 5, 2002

CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. UFG, 1999. 170 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano, de Roberto Lobato Corrêa** (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995

CORRÊA, Roberto Lobato. **Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano** / Roberto Lobato Corrêa. In: cidade contemporânea: segregação espacial Corrêa, Roberto Lobato. VASCONCELOS, Pedro de Almeida, C; Pintaui Silvana Maria (organizadores) A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2013.

DAHER, Tania. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, Goiânia. 2003

DECRETO MUNICIPAL N° 1.392/2011, que institui a Área de Programa Especial referente ao Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2011/dc_20110426_000001392.html. Acesso em: 10 junho. 2023

FERREIRA, Adriana dos Reis. **Compreensão do Lazer no Planejamento Urbano de Goiânia: aproximações históricas**. 2003. 116 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003

GOIÂNIA: Capital Verde do Brasil. In: **Goiânia: Capital Verde do Brasil**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/parques-e-bosques/>. Acesso em: 2 out. 2023

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013. **Capítulo II das Áreas de Preservação Permanente – APP**. [S. l.], 18 jul. 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 1992. Acesso em: 28 ago. 2023

HARVEY, David. **O enigma Do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. Boitempo, 2011. Acesso em: 28 ago. 2023

HARVEY, David - **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 14, p. 299–305, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2186>. Acesso em: 8 set. 2023.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/2007, que dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/compl/2007/compl1712007.pdf> Acesso em: 13 nov. 2023.

LEI FEDERAL Nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira. et al. **Problemas de Utilização na Conceituação de Termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e correlatos**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, São Luís/MA, 1994. p. 539-553.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil (Brazilian Urban Parks)**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia; **Uma Concepção Urbana e Moderna – Um Certo Olhar**. Goiânia: Edição do autor, 2001

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Arborização urbana e qualidade de vida**. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente**. Disponível em: www.goiania.go.gov.br/html/amma/. Acesso em: 10 junho. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **História de Goiânia**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/historia-de-goiania/>. Acesso em: 26 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **O Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/shtml/puama/informacoes.shtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SAKATA, Francine Gramacho. **PARQUES URBANOS NO BRASIL 2000 a 2017**. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2002. São Paulo: EDUSP. Acesso em: 28 ago. 2023

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Eliete Gonçalves; RODRIGUES, Gisele Andreia; MAGNA, João Paulo; Boggione, Giovanni de Araújo. **Análise da expansão urbana e impactos ambientais no município de Goiânia-GO**. [S. l.: s. n.], 2017.

SILVA, Janaína Barbosa. **Parque Linear Macambira-Anicuns: Uma Concepção De Sustentabilidade. Setor Faiçalville, Goiânia – 2012/2013**. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

SOUZA, Maria Ester. **A EROSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: Uma cartografia da desafetação das Áreas Públicas Municipais em Goiânia, entre 1954-2016**. 2019. 225 f. Tese. (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos Sócio ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019

APÊNDICE 1

Quadro 3 - Coleta de Dados com base nas Palavra Chave

Palavra Chave	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD			
	Teses e Dissertações da UFG		Teses e Dissertações da PUC_GOAIS	
	Dissertação	Teses	Dissertação	Teses
Parques Urbanos	31	9	16	1
Parque Macambira	0	1	2	0
Sustentabilidade	283	112	190	26
Desenvolvimento Sustentável	113	24	129	5
Lazer	59	21	45	5
Educação Ambiental	82	27	49	3

Fonte: Dados Organizados pela Autora em julho de 2023

Quadro 4 - Teses e Dissertações identificadas com base nas Palavras-Chave

Palavra-chave "Parques Urbanos"			
UFG			
Dissertação / Tese	Autor	Data de publicação	Tipo
Educação ambiental em parques urbanos da cidade de Goiânia/GO	Silva, Ariana Cárita de Assis Marinho	2016	Dissertação
Parques urbanos e lagos municipais na região metropolitana de Goiânia: uso, conservação e apropriação dos espaços públicos	Araújo, Elis Veloso Portela	2021	Tese
À sombra dos pequizeiros e dos edifícios: as propostas de parques lineares urbanos nas cidades das pranchetas (Goiânia / GO e Palmas / TO)	Carneiro, Vandervilson Alves	2017	Tese
Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano das regiões norte, noroeste e meia ponte do município de Goiânia (1975 – 2015)	Ramos, Helci Ferreira	2016	Dissertação
PUC			
Parques urbanos : sua influência no planejamento e desenvolvimento das cidades	Guimarães, Cláudia Gomide	2010	Dissertação
PAISAGEM, EXPERIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O olhar etnográfico para um fenômeno de cultura.	Amaral-silva, Margarida	2013	tese

Palavra-chave "Parque Macambira"			
UFG			
Nome do artigo	autor	data de publicação	Tipo
Os fundamentos de gestão do espaço urbano para a promoção da função socioambiental da cidade [manuscrito]: o caso de Goiânia	Martins Júnior, Osmar Pires	2013	Tese
PUC			
Parque Linear Macambira-Anicuns: Uma Concepção De Sustentabilidade. Setor Faiçalville, Goiânia 2012/2013.	Silva, Janaína Barbosa	2014	Dissertação
Parques Urbanos: O Caso Do Parque Macambira Anicuns Em Goiânia GO.	Barcellos, Bianca Magacho	2013	Dissertação
Palavra-chave "Sustentabilidade"			
UFG			
Nome do artigo	autor	data de publicação	Tipo
Juventude(s) nas práticas educativas das organizações da sociedade civil: entre em emancipação e reprodução	Barros, Débora da Costa	2016	Dissertação
A conservação da biodiversidade em unidades de conservação de proteção integral no estado de Goiás: territorialidade, sistema regional de gestão e regularização fundiária	Rocha, Rogério Fernandes	2018	Dissertação
Dinâmica de ocupação no bioma cerrado: caracterização dos desmatamentos e análise das frentes de expansão	Rocha, Joana Carolina Silva	2012	Dissertação
Conflito de usos em áreas de preservação permanente de assentamentos rurais e demais áreas em bacias hidrográficas de Goiás	Oliveira, Victor Tomaz	2013	Dissertação
Dinâmica de crescimento urbano no eixo de desenvolvimento Goiânia-Brasília	Santos, Eula Regia Sena	2013	Dissertação
Goiânia, a 'cidade desplanejada' do oeste (1950/1980): reflexões sobre a capital goiana nos aportes da coleção Ewald Janssen	Guimarães, Leandro Davi	2019	Dissertação
As concepções de meio ambiente e natureza: implicações nas práticas de educação ambiental de professores da rede estadual de ensino no município de Aparecida de Goiânia (GO)...	MORAES, Fernando Aparecido	2009	Dissertação
Evidências de diálogos entre a educação do campo e educação ambiental em um curso de licenciatura	Borges, Patricia Spinassé	2022	Tese

Desenvolvimento sustentável no estado de Goiás: a aplicação de modelos qualitativos e quantitativos para a realidade do Cerrado goiano	Espírito-Santo Filho, Kleber	2011	Tese
Metodologia para avaliação de riscos ambientais em áreas urbanas da região metropolitana de Goiânia-GO	Assunção, Simone Gonçalves Sales	2012	Tese
Pensamento geográfico: o desafio da formação inicial em geografia	Santos , Luline Silva Carvalho	2020	Tese
PUC			
A Sustentabilidade Do Cerrado E O Agronegócio: Desafios E Perspectivas Para A Educação Ambiental.	Freire, Arnaldo Cardoso	2014	Dissertação
Meio Ambiente Urbano Da Cidade De Goiânia, Qualidade De Vida E (In) Sustentabilidade	Finotti, Iza Maria	2012	Dissertação
Avaliação Do Índice De Desenvolvimento Sustentável (Ids) No Município De Goiânia/Go Através Do Método Do Painel De Sustentabilidade (Dashboard Of Sustainability)	Carvalho, Carlos William de	2012	Dissertação
Relações Socioeconômicas E Ambientais No Cerrado: O Cenário Goiano	Evangelista, Leonne Borges	2016	Dissertação
Educação Ambiental: Possibilidades Para Escolas Do Primeiro Ciclo Em Goiânia	Dias, Mirian Gonçalves Araújo	2009	Dissertação
A Rotulagem Ambiental Como Instrumento De Efetivação Do Desenvolvimento Sustentável.	Félix, Marcel Carlos Lopes	2015	Dissertação
Efetividade Das Áreas De Reserva Florestal Legal Por Meio Do Pagamento Pelos Serviços Ambientais: Perspectiva Para A Recuperação Do Cerrado Goiano.	Moura, Angela Acosta Giovanini de	2012	Dissertação
Educação ambiental em espaços escolares: estudo das teses brasileiras no período de 2009 a 2018	Barco, Juliana Alexandra Pereira de Carvalho	2019	Tese
Palavra-chave "Desenvolvimento Sustentável"			
UFG			
Nome do artigo	autor	data de publicação	Tipo
Educação Ambiental no Ensino Fundamental: um estudo da profissionalidade de professores do município de Goiânia-Go.	PEIXOTO, Elza Alcântara Macedo	2006	Dissertação
PUC			
Direito E Educação Ambiental: Caminhos Para Conciliar Preservação E Desenvolvimento	Coelho, Sérgio Murillo Miranda	2012	Dissertação
Efetividade Da Educação Ambiental Formal Nas Escolas Públicas Goianas.	Ribeiro, Kátia Vanessa Marcon	2016	Dissertação
Marketing Verde E Os Desafios Na Preservação Do Cerrado.	Alves, Stefânia Poliana de Lima	2014	Dissertação

Palavra-chave "Lazer"			
UFG			
Nome do artigo	autor	data de publicação	Tipo
Goiânia através dos espaços públicos: praças e parques como fator de segregação	Vieira, Gabriela Cavalcante Lemos	2020	Dissertação
PUC			
A Privatização Dos Espaços Públicos Em Goiânia: O Caso Das Praças.	Nascimento, Cristiane Roldan de Carvalho	2015	Dissertação
Palavra-chave "Educação Ambiental"			
UFG			
Nome do artigo	autor	data de publicação	Tipo
A educação ambiental crítica e a formação humana: a tomada de consciência e a elaboração conceitual na formação de educadores ambientais	Costa, Lorena Silva Oliveira	2017	Tese
PUC			
Percepção Ambiental E Gestão Dos Recursos Hídricos: Uma Análise De Parques De Goiânia Na Perspectiva Das Ciências Ambientais E Da Saúde	Paula, Milton Rego de	2010	Dissertação
O Ambiente Natural Regional No Contexto Do Ensino Em Goiânia, Goiás	Oliveira, Izauete de	2009	Dissertação

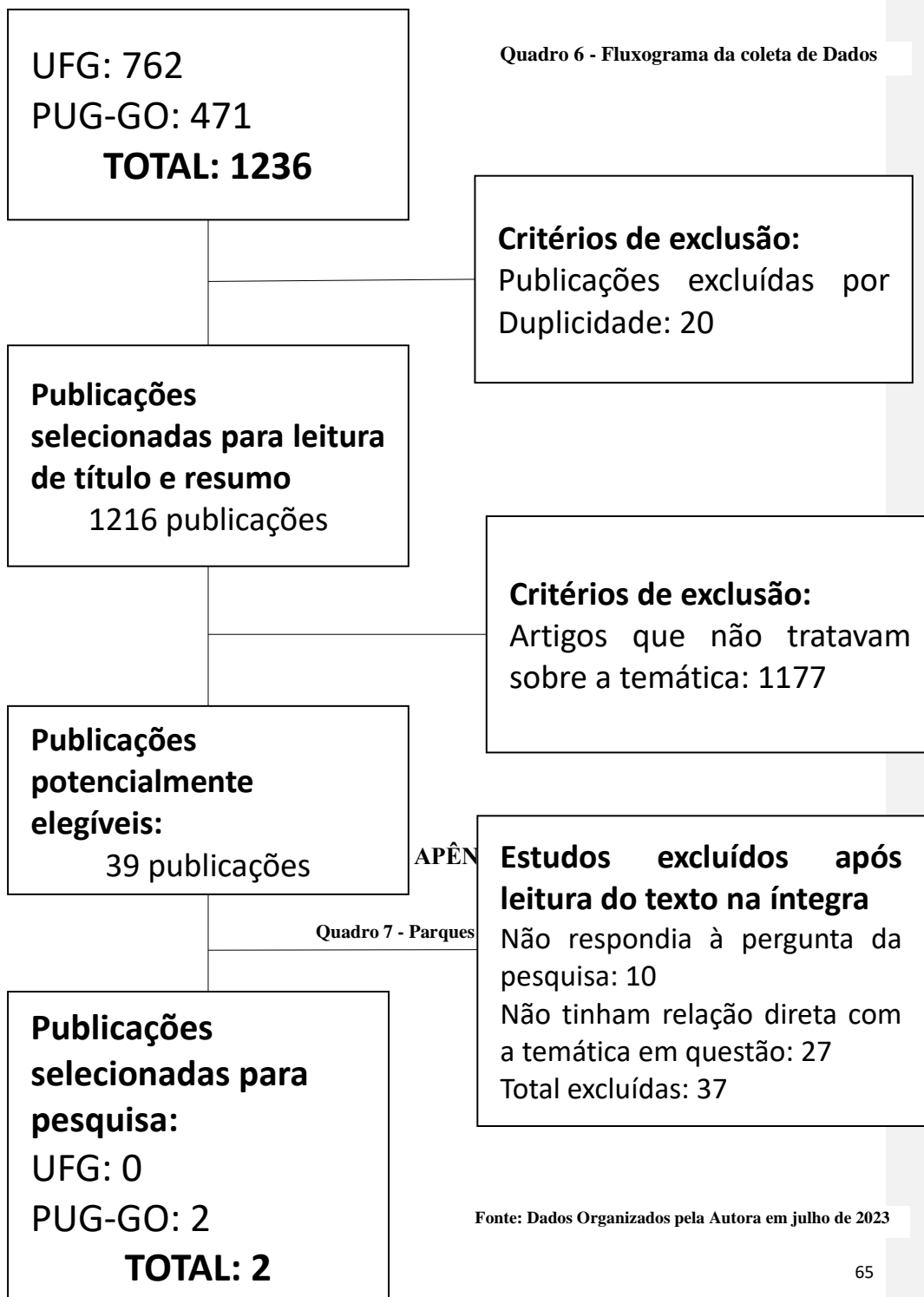
Fonte: Dados Organizados pela Autora em julho de 2023

Quadro 5 - Seleção após a aplicação de critérios de exclusão

Palavra Chave	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD			
	Teses e Dissertações da UFG		Teses e Dissertações da PUC_GOAIS	
	Dissertação	Teses	Dissertação	Teses
Parques Urbanos	2	2	3	1
Parque Macambira	0	1	2	0
Sustentabilidade	7	4	7	1
Desenvolvimento Sustentável	1	0	3	0
Lazer	1	0	1	0
Educação Ambiental	0	1	2	0

Fonte: Dados Organizados pela Autora em julho de 2023

Quadro 6 - Fluxograma da coleta de Dados



Fonte: Dados Organizados pela Autora em julho de 2023

PARQUES E BOSQUES	SETOR
REGIÃO CENTRAL	
Bosque dos Buritis	Setor Central/Setor Oeste
Parque Botafogo	Setor Central e Ruas 200-A e 200-B, Setor Leste Vila Nova;
Parque Mutirama	Setor Central
Parque Zoológico(Lago das Rosas)	Setor Oeste
REGIÃO LESTE	
Bosque Bernardo Sayão	Bairro Sítios de Recreio Mansões Bernardo Sayão
Bosque da Índia Diacuí	Setor Aruanã
Bosque Dep. José Eduardo de S.Nascimento	Parque das Amendoeiras
Parque Aruanã	Setor Residencial Aruanã
Parque Aruanã Park	Setor Aruanã Park
Parque Belo Horizonte	Setor Residencial Belo Horizonte
Parque Amendoeiras I	Parque das Amendoeiras
Parque Amendoeiras II	Parque das Amendoeiras
Parque Grande Retiro	Setor Grande Retiro
Parque Havaí	Residencial Havaí
Parque Olinda	Residencial Olinda e Residencial Aruanã I
Parque Prata	Condomínio Recanto das Minas Gerais
Parque Recanto das Minas Gerais	Recanto das Minas Gerais
Parque Santo Hilário	Santo Hilário
Parque Sonho Verde	Residencial Sonho Verde
Parque Vale do Araguaia	Residencial Vale do Araguaia
Parque Cléa Borges	Residencial Cléa Borges
Parque Jardim das Aroeiras (Buracão)	Setor Jardim das Aroeiras
Parque Jardim Novo Mundo Extensão	Setor Jardim Novo Mundo Extensão
REGIÃO NORTE	
Bosque do Café	Setor Santa Geneveva
Bosque Goiânia 2 I	Setor Goiânia 2
Bosque Goiânia 2 II	Setor Goiânia 3
Bosque Goiânia 2 III	Setor Goiânia 4
Parque dos Cisnes	Parque dos Cisnes
Parque Antônio Barbosa	Residencial Antônio Barbosa
Parque Beija-flor	Setor Jaó
Parque Itatiaia	Conjunto Itatiaia
Parque Liberdade	Setor Jaó
Parque Maracanã	Setor Jaó
Parque Matinha	Setor Jaó
Parque Nossa Morada	Residencial Nossa Morada
Parque Vale da Serra	Condomínio Parque Ipê
Parque Vale dos Sonhos I	Residencial Vale dos Sonhos I
Parque Vale dos Sonhos II	Residencial Vale dos Sonhos II
Parque Represa do Jaó	Setor Jaó e Vila Negrão de Lima, St. Meia Ponte e Loteamento Rasmussem

Parque Sítios de Recreio Caraíbas	Sítios de Recreio Caraíba
Parque Sítios de Recreio Mansões do Campus I	Sítios de Recreio Mansões do Campus I
Reserva Shangry-Lá I	Setor Shangry-Lá
Reserva Shangry-Lá II	Setor Shangry-Lá;
REGIÃO MACAMBIRA/CASCADEL	
Parque Macambira	St. Faiçalville
Parque Cascavel	Jardim Atlântico
REGIÃO CAMPINAS	
Parque Mooca	Vila Mooca Complemento
Parque Vila São José Extensão	Vila São José Extensão
Parque Cidade Jardim	Cidade Jardim
REGIÃO SUDESTE	
Bosque Bougainville "A"	Parque das Laranjeiras
Bosque Bougainville Padre Cesário Galvão	Parque das Laranjeiras
Parque Arco Verde	Residencial Arco Verde
Parque Alphaville Flamboyant	Condomínio Alphaville Flamboyant
Parque Atenas	Jardins Atenas
Parque Carmo Bernardes	Parque Atheneu e Jardim Mariliza
Parque do Cerrado	Parque Lozandes
Parque Goiânia Golf Club	Goiânia Golf Club
Parque Milão	Jardins Milão
Parque Paris	Jardins Paris
Parque Portal do Sol I	Condomínio Portal do Sol I
Parque Portal do Sol II	Condomínio Portal do Sol II
Parque Recanto dos Buritis	Residencial Recanto dos Buritis
Parque Sabiá	Parque das Laranjeiras
Parque Vale das Brisas	Residencial Vale das Brisas
Parque Valência	Jardins Valência
Parque Verona	Jardins Verona
Parque Ville de France	Setor Ville de France
REGIÃO SUL	
Jardim Botânico Amália Teixeira Franco	Setores Pedro Ludovico, Vila Redenção, Bairro Santo Antônio e Jardim das Esmeraldas;
Parque Amazônia	Parque Amazônia
Parque Areião	Setores Marista, Sul e Pedro Ludovico
Parque Areião II	Setor Sul, Setor Areião e Jardim Goiás
Parque Flamboyant	Setor Jardim Goiás
Parque Vaca Brava	Setores Bueno e Jardim América
REGIÃO SUDOESTE	
Parque Alphaville Residencial	Alphaville Residencial
Parque Andréia-Cristina	Setores Andréia e Cristina
Parque Antônio Crispim	Setor Residencial Santa Fé

Parque Aquários II	Residencial Aquários II
Parque Baliza	Conjunto Habitacional Baliza
Parque Campos Dourados	Setor Residencial Campos Dourados
Parque Capão da Mata	Residencial Kátia
Parque Center Ville	Residencial Center Ville
Parque Eldorado	Residencial Eldorado
Parque Eli Forte	Residencial Eli Forte
Parque Fidélis	Setor Grajaú
Parque Grajaú	Residencial Granville
Parque Granville	Setor Jardim Itaipu
Parque Ipanema	Residencial Ipanema
Parque Itaipú	Setor Jardim Itaipu
Parque Jardim Alphaville	Jardim Alphaville
Parque Lisboa	Jardins Lisboa
Parque Madre Germana II	Setor Madre Germana II
Parque Madri	Residencial Jardins Madri
Parque Orientville	Setor Orienteville
Parque Piracanjuba	Residencial Três Marias
Parque Real Conquista	Residencial Real Conquista
Parque Rio Verde	Residencial Rio Verde
Parque José Crispim Borges	Residencial Santa Fé I
Parque Santa Fé	Residencial Santa Fé
Parque Solar Bougainville I	Residencial Solar Bougainville
Parque Solar Bougainville II	Residencial Solar Bougainville
Parque Solar Santa Rita I	Setor Solar Santa Rita
Parque Solar Santa Rita II	Setor Solar Santa Rita
Parque Talismã	Residencial Talismã
Parque Vereda dos Buritis	Vereda dos Buritis
Parque Village Veneza	Village Veneza
REGIÃO OESTE	
Parque Vila Luciana	Vila Luciana
Bosque Eldorado Oeste	Setor Eldorado Oeste
Morro dos Macacos	Conjunto Vera Cruz
Parque Ana Moraes	Residencial Ana Moraes
Parque Bairro Goiá II	Bairro Goiá II
Parque Bairro Goiá IV	Bairro Goiá IV
Parque Bosque do Lago	Condomínio do Lago (2ª Etapa)
Parque Carolina Cândida Cabral	Setor Carolina Park
Parque Carolina Park	Setor Carolina Park
Parque Condomínio do Lago	Condomínio do Lago
Parque Desembargador Everardo de Souza	Condomínio do Lago
Parque Dom Rafael	Residencial Dom Rafael
Parque Eldorado Oeste Extensão	Setor Eldorado Oeste Extensão
Parque Estrela Nova	Setor Estrela Nova

Parque João Carlos Fernandes de Oliveira	Parque Industrial João Brás
Parque Luana Park	Setor Luana Park
Parque Nova Aurora	Setor Residencial Aurora
Parque Nunes de Morais I	Residencial Nunes de Morais
Parque Portinari	Residencial Portinari
Parque Professor Venerando de Freitas Borges	Parque Oeste Industrial
Parque São Marcos	Residencial São Marcos
Parque Taquaral	Residencial Goiânia Viva
Parque Jardim São José	Jardim São José
Parque Setor das Nações Extensão	Parque Setor das Nações, Extensão
Parque São José	Residencial Monte Pascoal
Parque Vicente Rodrigues de Oliveira	Residencial Buena Vista IV
REGIÃO MENDANHA	
Parque Village Maringá	Village Maringá
Morro do Mendanha	Jardim Petrópolis
Parque Barra da Tijuca	Residencial Barra da Tijuca
Parque Cidade Verde I	Residencial Cidade Verde
Parque Cidade Verde II	Residencial Cidade Verde
Parque Clarissa	Jardim Clarissa
Parque Leblon I	Jardim Leblon I
Parque Leblon II	Jardim Leblon II
Parque London Park	Setor London Park
Parque Mendanha	Residencial Parque Mendanha
Parque Miguel Abdala	Jardim Bonanza
Parque Novo Petrópolis	Jardim Novo Petrópolis
Parque Pilar dos Sonhos	Residencial Pilar dos Sonhos
Parque Petrópolis	Residencial Petrópolis
Parque Pinheiros	Residencial São Bernardo
Parque Real	Setor Jardim Real
Parque Recanto das Garças	Recanto das Garças
Parque Solar Ville I	Residencial Solar Ville
Parque Solar Ville II	Residencial Solar Ville
REGIÃO NOROESTE	
Parque Solar Ville III	Residencial Solar Ville
Bosque Boa Vista	Bairro Boa Vista
Bosque do Pama	Bairro Floresta
Bosque Estrela D'Alva I	Setor Estrela D'alva
Bosque Estrela D'Alva II	Setor Estrela D'alva
Morro da Cascalheira	Jardim Curitiba
Parque Linear Curitiba	Jardim Curitiba
Parque Boa Vista	Bairro Boa Vista
Parque Ciro Palmerston Muniz	Setor Alto do Vale
Parque Curitiba	Jardim Curitiba

Parque Curitiba IV	Setor Residencial Prive Norte
Parque Fonte Nova	Jardim Fonte Nova
Parque Helou	Jardim Helou
Parque das Hortências	Jardim das Hortências
Parque Mansões Paraíso	Setor Mansões Paraíso
Parque Morada do Sol	Morada do Sol
Parque Otávio Lúcio	Residencial Brisas da Mata
Parque Privê Norte	Setor Residencial Privê Norte
Parque Recanto do Bosque I	Recanto do Bosque
Parque Recanto do Bosque II	Recanto do Bosque
Reserva do Bairro Floresta I	Bairro da Vitória, Bairro São Carlos e Bairro Floresta
Reserva do Bairro Floresta II	Bairro Floresta
Reserva São Carlos	Bairro Boa Vista
Reserva São Domingos	Bairro São Domingos
Reserva Vitória	Bairro da Vitória e Bairro Floresta
REGIÃO VALE DO MEIA PONTE	
Parque Nova Esperança	Jardim Nova Esperança
Morro do Além	Setores Perim, Gentil Meirelles, Maria Dilce e Hugo de Moraes
Parque Balneário	Parque Balneário
Parque Cristina Extensão	Setor Cristina Extensão
Parque das Flores I	Residencial Parque das Flores
Parque das Flores II	Residencial Parque das Flores
Parque Gentil Meirelles	Conjunto Gentil Meirelles
Parque Guarema	Residencial Guarema
Parque Hugo de Moraes I	Residencial Hugo de Moraes
Parque Hugo de Moraes II	Residencial Hugo de Moraes
Parque Ione Martins do Carmo	Jardim dos Ipês
Parque Itamaracá	Residencial Itamaracá
Parque Licardino Ney	Residencial Licardino Ney
Parque Maria Lourença	Residencial Maria Lourença
Parque Marabá	Setor Marabá
Parque Residencial Morumbi	Setor Residencial Morumbi
Parque Urias Alves Tavares	Residencial Humaitá

Fonte: AMMA - Agência Municipal do Meio Ambiente. Parques e Bosques de Goiânia. 2023. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/parquesebosques.shtml#>. Acesso em: 30 nov. 2023.